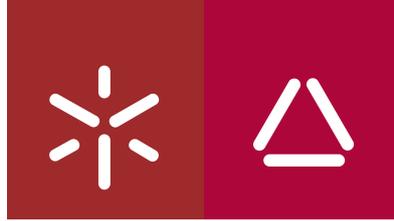


Universidade do Minho
Instituto de Ciências Sociais

Manuel Amaro Martins Ferreira

**O desaparecimento de um símbolo em Braga:
a capela da confraria de *Santo António*
da *Praça dos Touros*, na primeira metade
do século XX**



Universidade do Minho
Instituto de Ciências Sociais

Manuel Amaro Martins Ferreira

**O desaparecimento de um símbolo em Braga:
a capela da confraria de *Santo António*
da *Praça dos Touros*, na primeira metade
do século XX**

Dissertação de Mestrado
Mestrado em História

Trabalho efetuado sob a orientação da
Professora Doutora Maria Marta Lobo de Araújo
e do
Professor Doutor José Manuel Lopes Cordeiro

DIREITOS DE AUTOR E CONDIÇÕES DE UTILIZAÇÃO DO TRABALHO POR TERCEIROS

Este é um trabalho académico que pode ser utilizado por terceiros desde que respeitadas as regras e boas práticas internacionalmente aceites, no que concerne aos direitos de autor e direitos conexos.

Assim, o presente trabalho pode ser utilizado nos termos previstos na licença abaixo indicada.

Caso o utilizador necessite de permissão para poder fazer um uso do trabalho em condições não previstas no licenciamento indicado, deverá contactar o autor, através do RepositóriUM da Universidade do Minho.



Atribuição-NãoComercial-SemDerivações
CC BY-NC-ND

<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/>

Agradecimentos

O tema que me propus estudar com maior profundidade - a capela de Santo António da Praça, que permaneceu ao longo de quatro séculos muito perto da rua onde nasci e cresci, não teria chegado a bom termo, sem a preciosa ajuda da Senhora Professora Doutora Maria Marta Lobo de Araújo. Para ela, não só pela orientação científica, disponibilidade e dedicação, mas sobretudo pelo incentivo dado sempre que era invadido pelo desânimo, vão as minhas primeiras palavras de agradecimento.

Agradeço ao Senhor Professor Doutor José Manuel Lopes Cordeiro, coorientador sempre disponível ao longo deste projeto. Ao Senhor Professor Doutor Francisco Mendes pelo incentivo dado, e em geral a todos os professores que tive ao longo do meu percurso académico, os quais sempre tiveram uma palavra amiga.

Aos amigos Rui Maia pelo enorme estímulo e Belo Marques pela motivação e auxílio na obtenção das fotografias para este trabalho, o meu sincero obrigado.

Deixo também um agradecimento ao Senhor António Duarte, responsável pela Confraria de Santo António por me ter facilitado o acesso à documentação da mesma, e aos funcionários do Arquivo Municipal de Braga, Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Braga, pela simpatia e disponibilidade com que sempre me receberam.

Quero expressar um agradecimento especial à Maria de Fátima, minha companheira de vida e o grande suporte para realizar esta aventura. Aos meus filhos Ana Isabel e João Amaro pela motivação à continuidade da vida académica.

DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE

Declaro ter atuado com integridade na elaboração do presente trabalho acadêmico e confirmo que não recorri à prática de plágio nem a qualquer forma de utilização indevida ou falsificação de informações ou resultados em nenhuma das etapas conducente à sua elaboração.

Mais declaro que conheço e que respeitei o Código de Conduta Ética da Universidade do Minho.

O desaparecimento de um símbolo em Braga: a capela da confraria de Santo António da Praça dos Touros, na primeira metade do século XX

Resumo

Este trabalho incide sobre a existência de uma capela, conhecida por capela de Santo António da Praça dos Touros, considerada um símbolo para os bracarenses.

A capela teve a sua origem numa ermida, dedicada a Nossa Senhora da Nazaré, mandada erigir na centúria de quinhentos, na horta jardim do Paço Arqueiepiscopal, por D. Manuel de Sousa, Arcebispo de Braga (1545-1549).

Ao longo dos tempos, a capela sofreu modificações, mas manteve-se por mais de quatro séculos voltada para a antiga Praça dos Touros e atual Praça do Município.

Este imóvel era propriedade da confraria de Santo António da Praça, a qual ainda se encontra em funcionamento. Esta irmandade é no século XX, uma corporação de piedade e beneficência, que deverá agir conforme os estatutos e os seus recursos: zelar pela capela, promover o culto e veneração dos seus padroeiros, socorrer os confrades pobres e doentes, ou inválidos. É, no período em análise, uma confraria sócio caritativa integrada no movimento confraternal da cidade.

Nos meados do século XX, no âmbito do desenvolvimento e transformações urbanísticas da cidade, que passava pela abertura de novas ruas e alargamento de outras, a capela de Santo António da Praça foi condenada à extinção.

A Câmara Municipal de Braga pretendia abrir uma nova rua que ligasse a Praça do Município à rua Francisco Sanches. Esse traçado urbanístico passava pela demolição da capela. Então a edilidade propôs à confraria a aquisição do espaço que ela ocupava e reforçou a ideia de que defendia o interesse dos munícipes. A negociação prolongou-se ao longo de dois anos, até que a irmandade pediu à mesa da confraria da Santíssima Trindade da igreja do Pópulo para a aceitar com todos os seus pertences. Após sete décadas sobre a extinção da capela de Santo António, a confraria continua ativa na igreja do Pópulo, onde Santo António é objeto de devoção.

Palavras-chave: Braga e Urbanismo, Capela de Santo António, Confraria.

The disappearance of a symbol in Braga: the chapel of the Brotherhood of Santo António da Praça dos Touros in the first half of twentieth century

Abstract

This dissertation focuses on a chapel known as Santo António da Praça dos Touros, a landmark of the city of Braga and its people.

The chapel was originally built on a small hermitage in honour of Our Lady of Nazaré during the sixteenth century on the garden of the Archiepiscopal Palace by order of D. Manuel de Souza, Arcebishop of Braga at the time (1545 - 1549).

The chapel was subjected to modifications over time but it faced the old Praça dos Touros nowadays known as Praça do Município for over four centuries.

The building belonged to the confraternity of Santo António da Praça, a brotherhood which is still active today. This confraternity was the twentieth century a corporation of piety and beneficence which acted according to its statutes and resources: these included watching over the chapel, promoting the worship and veneration of its patrons and, providing assistance to poor, sick or disabled confreres. In the period comprised in this study the confraternity was based on charity and social work integrated into the confraternal movement of the city.

In the middle of the 20th century, within the scope of the modernization and urban transformations of the city, that included opening new streets and widening others, the chapel of Santo António da Praça was doomed to extinction.

Braga's City Council decided to open a new street linking Praça do Município to rua Francisco Sanches. This urbanistic design implied demolishing the Santo António da Praça chapel. The city's council proposed to the confraternity to acquire the space occupied by the chapel, reinforcing their idea by stating that it was in the interest of the citizens. The negotiation lasted two years, until the brotherhood requested the confraternity of the Santíssima Trindade of Pópulo's church to be accepted along with its figures and other belongings. Seven decades after the extinction of the chapel of Santo António da Praça, the Confraternity remains active in Pópulo's church and St. António an object of popular devotion.

Keywords: Braga and Urbanism, Confraternity, Santo António Chapel.

Índice

Agradecimentos	iii
DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE	iv
Resumo	v
Abstract.....	vi
Abreviaturas.....	viii
Índice de Imagens.....	viii
Índice de Quadros.....	viii
Introdução.....	9
Capítulo I.....	16
1. Contributo para o estudo do universo confraternal bracarense das Épocas Moderna e Contemporânea.....	16
2. As alterações sofridas no Liberalismo e na República.....	25
3. O universo confraternal na Idade Moderna e Contemporânea.....	28
4. O culto a Santo António na religiosidade popular.....	34
5. A confraria de Santo António no Campo dos Touros na Idade Moderna.....	40
5.1. Os estatutos de 1914.....	52
Capítulo II.....	64
1. A capela de Santo António e a cidade.....	64
2. Os projetos e as alterações urbanísticas de Braga em meados do século XX.....	66
3. A destruição de um símbolo em nome do progresso e o novo traçado urbano de Braga.....	71
Conclusão.....	79
Bibliografia.....	83

Abreviaturas

ADB- Arquivo Distrital de Braga

AIP-Arquivo da Igreja do Pópulo

AMB- Arquivo Municipal de Braga

Índice de Imagens

Imagem 1 Estatutos da confraria de Santo António do campo dos Touros, de 1816.....	11
Imagem 2 Capela de Santo António do campo dos Touros	41
Imagem 3 Indulgências concedidas à confraria do campo dos Touros.....	44
Imagem 4 Caixa de esmolas da capela de santo António do Campo dos Touro.....	45
Imagem 5 Imagem do padroeiro e pormenor do altar-mor	50
Imagem 6 A capela de Santo António do Campo dos Touros	71
Imagem 7 A abertura da nova rua	73

Índice de Quadros.

Quadro 1 Pagamento da joia de entrada	56
---	----

Introdução

O centro da nossa investigação é a capela de Santo António da Praça, que durante quatrocentos anos ocupou um lugar de destaque na cidade de Braga. Nela estava instalada a confraria que invocava o mesmo Santo.

Ao termos conhecimento de que na Praça do Município, antigo Campo dos Touros, até meados do século XX existiu uma capela devotada a Santo António, e que fora demolida em prol do progresso, sentimos desde logo um grande interesse em investigar tudo o que com ela se relacionasse, e dar a conhecer o seu historial desde a sua construção, até às razões que ditaram o seu fim.

Com este trabalho vamos tentar conhecer melhor, e analisar a capela de Santo António que por quatro séculos esteve situada junto ao antigo Campo dos Touros, assim como a confraria que albergava desde a Idade Moderna. Esta capela considerada um ícone de uma das mais nobres Praças da cidade estava localizada junto ao recolhimento das Beatas de Santo António do Campo da Vinha, uma instituição erigida pelo abade Domingos Peres em finais do Século XVI, e que mais tarde, no ano de 1608 fora entregue à Santa Casa da Misericórdia para que a administrasse¹.

A capela de Santo António teve início numa pequena ermida, dedicada a Nossa Senhora da Nazaré e mandada construir no ano de 1546, na horta jardim do Paço Arquiepiscopal, pelo arcebispo de Braga D. Manuel de Sousa². Mais tarde, a ermida foi deslocada para próximo da Porta de Santo António, contudo no século XVII, o arcebispo D. Rodrigo da Cunha mandou construir uma nova capela voltada para o Campo dos Touros, passando esta a ser designada por capela de Santo António da Praça dos Touros, ou da Praça.

A capela em estudo ficava perto do Recolhimento das Beatas de Santo António do Campo da Vinha. Estas duas instituições estavam implantadas junto a uma das portas da cidade, conhecida de Porta de Santo António, por ser encimada por um nicho com a imagem deste Santo.

¹ Machado, Carla Manuela Sousa, *Entre a clausura e o século: o recolhimento de Santo António do Campo da Vinha sob a administração da Misericórdia de Braga (séculos XVII-XVIII)*, Braga, Universidade do Minho, dis. de Mestrado policopiada, 2014.

² Freitas, Bernardino José Senna de, *Memórias de Braga*, vol. II, Braga, Imprensa Católica, 1890, p. 189

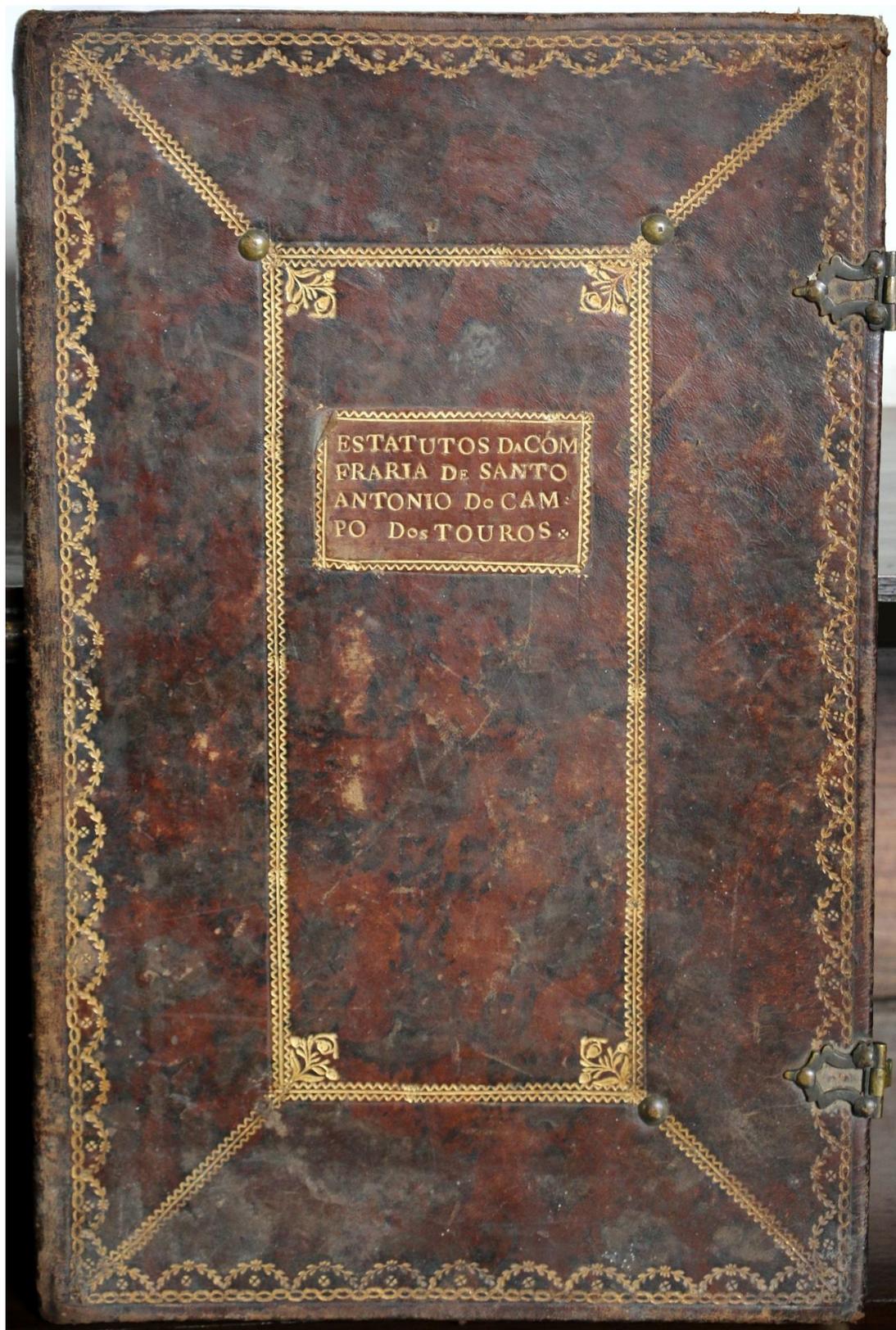
Acreditamos que a ermida nasceu no contexto da reforma Tridentina, em que se tornava imperioso multiplicar, não só o culto aos santos, mas sobretudo à Virgem Maria, numa atitude que procurava contrariar a disseminação do protestantismo emanado da Europa Central, e que ameaçava os países católicos do sul da Europa. Após o Concílio de Trento proliferaram as confrarias, não só dedicadas a santos, mas também à Nossa Senhora do Rosário, Santíssimo Sacramento e Almas do Purgatório, o que constituía uma manifestação viva da fé e das práticas religiosas do tempo. Pertencer a uma confraria, ou seja, tornar-se irmão, dava a entender maior espiritualização na vida quotidiana, conduzindo a uma maior prática religiosa, a uma procura mais frequente dos sacramentos, a maior esmero para com os lugares de culto, e até à promoção de mais peregrinações³.

Como já referimos, a capela de Santo António é muito antiga, reportando-se ao século XVI, e a confraria que a rege também, contudo, não sabemos com exatidão a data em que esta foi fundada.

Nas pesquisas efetuadas no Arquivo da Confraria de Santo António, deparámo-nos com a capa de um livro de Estatutos, em couro, apenas com três páginas manuscritas compreensíveis, porque as restantes se encontravam completamente ilegíveis.

³Penteado, Pedro, “Confrarias portuguesas da época moderna: problemas, resultados e tendências da investigação”, in *Lusitânia Sacra*, 2ª série, tomo VII, 1995, p. 27.

Imagem 1 Estatutos da confraria de Santo António do campo dos Touros, de 1816



Fonte: Fotografia do autor.

Na primeira página destes estatutos, pode ler-se: “ESTATUTOS DA CONFRARIA DE SANTO ANTÓNIO DO CAMPO DOS TOUROS DE BRAGA PRIMAZ, FEITOS NO ANO DE 1816”. A segunda página refere o índice dos 17 capítulos contidos nestes estatutos, assim como as páginas correspondentes ao desenvolvimento de cada um deles. A terceira página contém o preâmbulo destacando a importância da existência de normas e leis, neste caso, os estatutos das confrarias, a fim de que estas sejam bem administradas. Na mesma página faz-se alusão a que estes estatutos de 1816 reformam outros de 1737, que por sua vez reestruturaram outros “antiquíssimos”, passando a mensagem de que os mais antigos, provavelmente os primeiros estatutos da confraria eram muito pobres no seu conteúdo.

No seguimento da pesquisa encontramos ainda um livro de dimensões consideráveis todo em couro e com ferragens, onde podemos ler: “LIVRO DE CONTRATOS DE SANTO ANTÓNIO DO CAMPO DOS TOUROS”. No mesmo espaço da confraria estão expostas duas pagelas emolduradas. Uma delas contém o sumário das indulgências concedidas aos confrades da confraria de Santo António, por autoridade do “Mtº S. S. P. Papa Paulo V, conforme a continência das Bulas, disposição do Sagrado Concílio Tridentino”. A outra pagela destaca as competências da confraria apelando aos seus mordomos em satisfazer os legados com consciência e responsabilidade.

O culto a Santo António estava implantado na cidade de Braga, e na Idade Moderna existiam algumas confrarias que tiveram um papel preponderante na sua incrementação, e uma influência direta na sua veneração. Enquanto o recolhimento de Santo António do Campo da Vinha se localizou nas proximidades da capela, esta conheceu um maior movimento, tendo o seu altar-mor sido objeto de grande atividade. No entanto, após a deslocação das recolhidas para o Hospital de São Marcos, e mais tarde para o Palácio do Raio, nos finais do século XIX (1890), havendo necessidade em alargar a rua de Santo António, a casa onde residiam foi expropriada, e assim o pequeno templo viu a sua atividade esmorecer, ficando circunscrita à confraria que a administrava. Algumas décadas mais tarde, a capela de Santo António voltou a ter mais atividade, quando no início do século XX, a Praça Municipal foi transformada num grande mercado coberto, atraindo diariamente a este lugar muitas pessoas, para as quais a capela de Santo António não era indiferente.

A devoção a Santo António na cidade de Braga, não estava circunscrita à capela em estudo, pois na igreja dos Terceiros este santo é objeto de veneração em capela própria. Ainda

no âmbito deste culto, em 1895 nasceu em Braga, sob a égide de um padre carmelita do colégio de Montariol, a revista “Voz de Santo António”. Este periódico mensal, órgão da Pia União de Santo António, próximo da Ordem dos Frades Menores, estava intimamente ligada à Ordem Terceira Franciscana. A sua publicação ocorreu entre Janeiro de 1895 e Abril de 1910 ⁴

No século XIX, após a implantação do liberalismo e depois já com a República, as confrarias foram perdendo o seu fulgor por que se adivinhava a secularização, e tanto esta, como outras ficaram muito limitadas nas suas atividades. Devido a esse declínio, as confrarias começaram a ter menos popularidade e, por consequência, menos confrades, o que conduziu a que se assistisse à união de algumas, como aconteceu com as confrarias de Nossa Senhora das Necessidades e São Lourenço, oriundas da capela de São Lourenço da Ordem na periferia da cidade, que se uniram à de Santo António da Praça⁵.

Como em todas as congéneres, também na de Santo António se realizava uma festa ao padroeiro. Atualmente ocorre na igreja do Pópulo, no dia treze de junho, e é precedida por uma trezena. Esta festividade constitui não apenas momentos de recolhimento e expressão de fé, mas também de alegria e promoção de convívio entre a população que recorre à proteção do Santo nos mais diversos momentos de aflição. O acontecimento não representa uma manifestação festiva de grande pompa, mas expressa profundamente a crença e o carinho que os devotos manifestam a Santo António. E para que este evento de grande simbolismo para os devotos adquira brilho e vitalidade, os membros da confraria envidam todos os seus esforços. A este propósito podemos também acrescentar que se procede à distribuição de Géneros aos “Pobres” no dia da festa.

Ao desenvolvermos este trabalho dividimo-lo em dois capítulos. No primeiro, procurámos abordar o movimento confraternal da Idade Moderna, aludindo à propagação das confrarias, ocorridas não só em Portugal, mas em toda a cristandade ocidental, a partir dos séculos XII e XIII. Tentámos explicar o rigor que ficou a vigorar sobre as competências das confrarias, a partir do Concílio de Trento, assim como fazer a distinção entre os vários tipos de confrarias. Existia uma certa ambiguidade na formação destas, uma vez que as primeiras confrarias tiveram sua origem nos movimentos associativos de natureza laica, competindo a sua gestão aos leigos sem a supervisão das autoridades eclesiásticas, enquanto as segundas seriam governadas pela Igreja

⁴ *Voz de Santo António, Revista Mensal Ilustrada*, Lisboa, CEHR, 1895, p. 1.

⁵ AIP, *Estatutos da Confraria de Santo António, Nossa Senhora das Necessidades e São Lourenço, do ano de 1914*.

de quem precisavam de autorização para se erigir. Destacámos também as atribuições das confrarias, nomeadamente as que se referiam a atitudes devocionais e de piedade, e que representavam e exprimiam a vida religiosa dos leigos, e ainda as razões que levaram as pessoas a ingressar nas confrarias. Procurámos também inserir a confraria de Santo António da Praça no movimento confraternal bracarense e estudar o culto a Santo António na cidade de Braga. Debruçámo-nos ainda sobre a influência do Liberalismo e da República no movimento confraternal.

Implantada a República e com a aprovação da lei de separação do Estado e da Igreja, houve sem dúvida algumas alterações, contudo, é notório que não houve tanto distanciamento como se previra, porque observando o universo devocional e as manifestações de piedade católica, assistiu-se a mais continuidade que rutura⁶. Inserimos também o derrube da capela de Santo António na abertura de novos eixos viários.

No segundo capítulo, destaca-se a ligação da capela com a cidade fazendo referência aos projetos urbanísticos ocorridos em Braga nos meados do século XX, cujos indícios começam a surgir em 1946, com o anúncio da construção do Estádio Municipal.

Como constatámos, a meio do século XX, a cidade de Braga passou por grandes transformações urbanísticas, como novas habitações, abertura de novas ruas, alargamento de outras, e até a construção do Estádio 28 de Maio. No traçado de novos eixos viários, surge-nos o derrube da capela de Santo António da Praça, uma vez que o espaço geográfico e territorial que esta ocupava era necessário para abrir uma nova rua que ligaria a Praça Municipal, à rua Francisco Sanches.

Determinada a executar a obra, a Câmara Municipal enceta contactos com o juiz da confraria que regia a capela, o qual informa os restantes membros da decisão e do que ela representa no interesse dos munícipes. Acontece que a confraria, para além de exigir uma nova capela nas proximidades, considerava insuficiente a oferta da Câmara de cem mil escudos. Com as difíceis negociações para chegar a um consenso entre as partes, passaram quase dois anos, e só então, após uma espécie de ultimato feito pela edilidade em nome do progresso invocando os termos que a Concordata lhe conferia, é que a confraria pediu à Mesa da Santíssima Trindade do Pópulo, o favor de a aceitar em sua igreja com todos os seus pertences.

⁶ Pinto, Sérgio Ribeiro, “Religiosidade e Universos Devocionais. Agencia Eclésia-Centenário da República”, in Repositório da UCP, pp. 68-69. <https://repositorio.ucp.pt/handle/10400.14/696>.

Passados setenta anos da demolição da capela de Santo António da Praça dos Touros, a confraria permanece sediada na Igreja do Pópulo, onde este santo popular continua a ser venerado e festejado todos os anos, no dia 13 de junho.

A metodologia usada para a elaboração deste trabalho foi a seguinte: levantamento de fontes documentais existentes no Arquivo da Confraria que se encontra sediada na igreja do Pópulo; de outras existentes no Arquivo Municipal, nomeadamente atas de Vereação, onde consta toda a documentação que conduz ao acordo entre a Câmara Municipal e a confraria de Santo António; recorreremos ainda a outras fontes que se encontram no Arquivo Distrital de Braga. Procuramos também aceder à imprensa coeva para recolher informações relativas às alterações urbanísticas na cidade. Os jornais locais apresentaram-se também muito prestativos para a compreensão do processo. Foi ainda consultada bibliografia existente nas Bibliotecas Pública de Braga, Lúcio Craveiro da Silva e ainda on-line.

Com as pesquisas feitas no arquivo da confraria podemos destacar que é muito antiga, mas sem data precisa da sua formação, tendo apenas completos os Estatutos de 1912, só aprovados em 1914, reformulação ocorrida para efetuar a união das confrarias oriundas de São Lourenço da Ordem à de Santo António da Praça, tornando-se esta em uma corporação de piedade e beneficência como preceituava o Decreto de 20 de Abril de 1911. Estes Estatutos foram reformulados no ano de 1954, com algumas diferenças em relação aos anteriores, sobretudo no que diz respeito ao destino a dar aos bens da confraria, caso venha a ser extinta. Contudo este assunto ultrapassa o nosso estudo o qual termina com o derrube da capela.

Capítulo I

1. Contributo para o estudo do universo confraternal bracarense das Épocas Moderna e Contemporânea

Braga era, no início da Idade Moderna, um centro religioso e político importante, pertencente a um senhorio com muitos poderes: o arcebispado. Esta diocese remontava ao tempo dos romanos, pois fora sede de bispado já no século IV. Durante a sua extensa história passaram por ela vários arcebispos, destacando-se logo no começo de quinhentos D. Diogo de Sousa (1505-1532). Mais tarde, em setecentos estiveram como timoneiros desta Metrópole arcebispos de alta estirpe, com sangue real, como foi o caso de D. José de Bragança (1741-1756), meio irmão de D. João V, rei de Portugal, e D. Gaspar de Bragança (1758-1789), filho ilegítimo do citado monarca. Foram estes arcebispos de grande relevância política e religiosa, que promoveram significativas intervenções em termos religiosos na cidade, mas não só.

Braga era desde os séculos anteriores uma cidade cheia de confrarias, algumas delas impulsionadas por arcebispos, mas a maioria nasceu de vontade e fé de outros religiosos e de particulares. Encontram-se já rastreadas algumas confrarias medievais, que permaneceram ativas na Idade Moderna⁷. Outras nascem no alvorecer da Idade Moderna. As próprias Constituições Sinodais impressas em 1697 incentivam os fiéis a erigir confrarias sobretudo de algumas invocações⁸.

As confrarias bracarenses da Idade Moderna seguiam o modelo implementado pela igreja católica, servindo de um dos seus pilares no que diz respeito à religiosidade popular. Para além do pulsar religioso que caracterizava estas instituições, enquanto confrarias de fé e vivência religiosa, elas eram também o espelho de diferenciação social, pois umas estavam mais vocacionadas para integrarem certos grupos sociais do que outras. Falamos das confrarias dos sapateiros, dos ourives, dos sombreireiros, etc.

⁷ Marques, José, “Os pergaminhos da confraria de São João da cidade de Braga (1186-1545)”, in *Bracara Augusta*, vol. XXXVI, n.ºs 81-82 (94-95), 1982, pp. 85, 88.

⁸ *Constituições Sinodais do arcebispado de Braga ordenadas pelo Illustrissimo Senhor Arcebispo D. Sebastião de Matos e Noronha no anno de 1639 e mandadas emprimir a primeira vez pelo Illustrissimo Senhor D. João de Sousa Arcebispo e Senhor de Braga*, Lisboa, Na Officina de Miguel Deslandes, 1697.

Braga conhece na Idade Moderna o maior apogeu do movimento confraternal. É do conhecimento geral que a irmandade de S. João do Souto e a da Santíssima Trindade da Sé foram criadas na Idade Média, contudo, só a partir dos séculos XVI e XVII é que surgiram mais destas associações. Segundo alguns historiadores no século XVIII existiam mais de sete dezenas. O volume de confrarias assinalado não se distancia muito do referido pelo Governo do Marquês de Pombal, quando em 1762, este pretendeu lançar um imposto sobre as confrarias de todo o reino⁹.

Na data assinalada, as confrarias de Braga estavam distribuídas pelas freguesias da cidade, sendo a mais importante a da Sé com 19, a Cividade 18, S. João do Souto 15 e S. Victor 16. S. Lázaro e Maximinos eram as freguesias onde se concentravam menor número de irmandades, 11 e 8 respetivamente¹⁰.

Nem todas as confrarias tinham igreja, ou capela própria. O mais corrente foi serem instaladas em igrejas paroquiais, capelas, colégios e mosteiros, onde muitas vezes existiam mais do que uma por altar. Nas freguesias de S. João do Souto e Cividade existiam mais confrarias fora das igrejas paroquiais, do que dentro delas, o que mostra de forma irrefutável que o movimento confraternal extravasava os limites da igreja da paróquia. Era notório o envolvimento populacional no movimento confraternal, e a prova disso verifica-se na relação de confrarias com o número de fogos, na proporção de uma para vinte¹¹. Esta explosão confraternal mostra-nos como os habitantes aderiam às várias confrarias, segundo as suas possibilidades, uma vez que muitas exigiam um pagamento para se lhe pertencer. A integração em confrarias devia-se principalmente a três fatores: fervor religioso, preocupação com a salvação da alma e proteção em vida. Assegurava afirmação pessoal e possibilidades económicas.

Em várias destas irmandades a sua composição social era bastante uniforme, e o facto de pertencer a determinada confraria era revelador de estatuto social. As confrarias consideradas mais importantes, como a do Santíssimo Sacramento, Santíssima Trindade e Nossa Senhora do Rosário eram as preferidas dos nobres e fidalgos. Curiosamente o grupo dos

⁹ Gomes, Paula Alexandra de Carvalho Sobral, *Oficiais e Confrades em Braga no Tempo de Pombal. (Contributos para o Estudo do Movimento e Organização Confraternal Bracarense no Século XVIII)*, Braga, Universidade do Minho, 2002, dis. de Mestrado policopiada, p. 127.

¹⁰ Gomes, Paula Alexandra de Carvalho Sobral, *Oficiais e Confrades em Braga no Tempo de Pombal. (Contributos para o Estudo do Movimento e Organização Confraternal Bracarense no Século XVIII)*..., p. 129.

¹¹ Veja-se Gomes, Paula Alexandra de Carvalho Sobral, *Oficiais e Confrades em Braga no Tempo de Pombal. (Contributos para o Estudo do Movimento e Organização Confraternal Bracarense no Século...*, p. 128.

estudantes estava mais ligado à da Senhora da Boa Memória, da Sé. Às confrarias de S. Tomás e S. Pedro dos Clérigos pertenciam, os clérigos ricos e pobres respetivamente¹².

As imensas confrarias da Braga barroca atestam a religiosidade vivida, e em primeiro lugar a preocupação de alcançar a salvação da alma. Pertencer a uma confraria significava ser auxiliado quer na vida, quer na morte¹³. Algumas delas disponibilizavam assistência aos irmãos doentes e presos, mas todas mandavam celebrar missas pelas suas almas, e muitas dispunham de tumba própria para os irmãos, o que significava um enterro gratuito¹⁴ e também digno, o que era fundamental para alguns segmentos sociais que não o conseguiam garantir¹⁵. Algumas destas irmandades tinham um papel importante no acompanhamento do moribundo, ajudando-o a bem-morrer. Na Idade Moderna considerava-se que ninguém devia enfrentar a morte sozinho, por isso em algumas destas instituições, os irmãos deslocavam-se a casa dos que estavam a despedir-se da vida terrestre para o ajudarem a aceitar a morte¹⁶. Mas ser irmão era ter acesso a mais do que assistência. O prestígio alcançado em alguns momentos, como desfilar nas procissões, nos enterros, fazer peditórios e participar nas festas faziam capitalizar muito poder¹⁷. Era ainda aceder a alguns benefícios de forma mais facilitada, como o crédito. Portugal só vai instituir o primeiro, na segunda metade do século XIX, levando a que as confrarias disponibilizassem dinheiro a crédito, e não eram poucos os que recorriam a elas. O mesmo se passava em termos particulares, pois eram muitos, os que tendo dinheiro o disponibilizavam a juro. Salienta-se também a gestão de património, quer móvel, quer imóvel. O património das confrarias, do qual resultava parte das suas fontes de rendimento deve ser contextualizado e remetido para a instituição de legados. Assim, algumas confrarias que receberam legados, e dessa forma a sua base financeira está a eles associada, já as que os não tiveram, a sua base

¹² Leia-se o trabalho de Gomes, Paula Gomes, Paula Alexandra de Carvalho Sobral, *Oficiais e Confrades em Braga no Tempo de Pombal. (Contributos para o Estudo do Movimento e Organização Confraternal Bracarense no Século XVIII)*..., pp. 129-130.

¹³ Araújo, Maria Marta Lobo de, “Na vida e na morte: as confrarias de Braga na Época Moderna”, in Serrano Martín, Eliseo, Gascón Pérez, Jesús (Eds.) *Poder, sociedad, religión y tolerância en el mundo hispánico, de Fernando el Católico al siglo XVIII*, Zaragoza, Institución Fernando el Católico, 2018, pp. 865-882.

¹⁴ Consulte-se o trabalho de Sousa, Ariana Sofia Almendra de, *Os estatutos e a confraria de São Vicente de Braga no século XVIII*, Braga, Universidade do Minho, 2011, dis. de Mestrado policopiada.

¹⁵ Lozano Ruiz, Carlos, “Solidariedad urbana en las cofradías palentinas ante el óbito. Confrades en la vida y en la muerte”, in *I Congreso Histórico Internacional. As cidades na História: População, Actas*, s. l., vol. III, Câmara Municipal de Guimarães, 2012, p. 215.

¹⁶ Confira-se Mantecón Movellán, Tomás Antonio, *Contrarreforma y Religiosidad Popular en Cantabria*, Universidad de Cantabria; Asamblea Regional de Cantabria, 1990, pp. 88-90.

¹⁷ Para as festas celebradas pelas confrarias de Ponte de Lima na Idade Moderna consulte-se Barbosa, António Dantas, *Tempos de festa em Ponte de Lima (séculos XVII-XIX)*, vol. II, Ponte de Lima, Câmara Municipal de Ponte de Lima, 2017, pp. 13-168.

está associada às joias de entrada ou aos anuais, ou ainda nos peditórios. As confrarias de Santa Cruz, de São Vicente, a de Nossa Senhora-a-Branca e a do Santíssimo Sacramento da Sé receberam legados, tornando-se fortes em termos de receitas. Por isso, quando analisamos a base financeira destas instituições devemos ter o cuidado de a assinalar para um melhor conhecimento delas.

As confrarias referidas anteriormente eram mais de cariz devocional, mas paralelamente havia também as profissionais, ou seja, de ofícios e mesteres que seguiam na linha de criação medieval, como as de S. Crispim e de S. Crispiniano, ou a do Santo Homem Bom que englobava os alfaiates, a funcionar na Braga Moderna. Estas corporações tinham como objetivo defender os interesses económicos e sociais dos seus integrantes.

A maioria das instituições confraternais da Braga Moderna tinha como objetivo de culto e devoção Nossa Senhora, sendo as referidas a Nossa Senhora do Rosário, ou do Ó, as mais frequentes. Como podemos constatar, a figura de culto maior no movimento confraternal do século XVIII, em Braga era sem dúvida a Virgem Maria, seguida pela devoção aos santos, como S. Tiago, S. Pedro e S. Sebastião. Nossa Senhora era o “agasalho” de todo o homem que na Terra peregrinava em busca do Céu¹⁸. Se a devoção à Virgem Maria é a mais antiga na diocese de Braga, existiam nela um enorme leque de outras, a que as “confrarias deram força e vigor”¹⁹. Na Idade Moderna, Nossa Senhora “era a intercessora segura na passagem para o outro mundo”²⁰.

Podemos referir que na segunda metade do século XVIII, foram desativadas cinco confrarias na freguesia da Cidade, as quais se encontravam sedeadas no colégio dos Jesuítas, expulsos no tempo do Marquês de Pombal²¹. A extinção destas confrarias teve grande impacto na população, uma vez que diminuía os seus círculos de sociabilidade religiosa, bem como os legados que nelas estavam instituídos, quando não foram agregadas a outras.

Na segunda metade desta centúria, por decisão do governo de Marquês de Pombal, grande parte das confrarias passou por momentos difíceis sob o ponto de vista económico, e

¹⁸ Castro, Maria de Fátima, *A Misericórdia de Braga. Assistência material e espiritual*, vol. III, Braga, Santa Casa da Misericórdia e autora, 2006, p. 170.

¹⁹ Capela, José Viriato; Ferreira, Ana Cunha, *Braga nas Memórias Paroquiais de 1758*, Braga, ICS, 2002, p. 183.

²⁰ Salvado, Maria Adelaide Neto, *Confraria de Nossa Senhora do Rosário de Castelo Branco: espelho de querer e sentire*, Coimbra, A Mar Arte, 1998, pp 61-62.

²¹ Capela, José Viriato; Ferreira, Ana Cunha, *Braga nas Memórias Paroquiais de 1758*, Braga, ICS, 2002.

poucas foram estabelecidas, com exceção da confraria de Nossa Senhora do Carmo em 1759²²; a da Nossa Senhora da Torre, criada em 1773, mais para responder às inquietações provocadas pelo Terramoto de 1755, o qual aterrorizou a população, não só em Lisboa, mas em todo o reino. Embora em Braga o terramoto de 1755 não tenha provocado grandes estragos em termos materiais, as pessoas acreditavam que tinha sido um castigo divino, sendo necessário rezar muito para pacificar os furores da natureza. Nossa Senhora da Torre constituiu na cidade uma invocação muito popular a partir deste acontecimento, pois pela mão dos jesuítas, seus vizinhos, as manifestações em louvor desta santa não pararam nos dias imediatos ao grande acontecimento²³.

Também a confraria da Doutrina Cristã foi criada no ano de 1773. Esta irmandade era considerada de elite, porque agregava o clero e os nobres da cidade. Poucos anos depois fundiu-se com a de São Tomás, por se encontrar em dificuldades:

Mas o que se estava a passar com o movimento confraternal? Era apenas a ação pombalina, ou as circunstâncias são mais profundas e complexas? Realmente, as leis Pombal têm reflexos nos legados e circunscreveram a um montante o possível que cada um podia deixar para bens da sua alma. Todavia, a secularização também ia avançando com repercussões na integração de confrarias. O facto de estas deixarem de cumprir os legados, nomeadamente através do atraso das missas a que estavam obrigadas, por falta de sacerdotes que dissessem as missas pelos montantes que as confrarias pagavam foi também um fator que não contribuiu para manter a confiança nestas instituições. Muitas não se aguentaram e foram obrigadas a unirem-se a outras mais fortes para não fecharem as portas, pois não tinham irmãos, nem conseguiam manter o culto que desejavam, nem as obrigações a que estavam vinculadas. O tempo em que todos desejavam integrar uma, ou mais do que uma associação de fiéis, ia já longe. Integrar várias destas instituições significava também muito poder económico para pagar joias de entrada e anuais, e nem todos o podiam fazer. Esta situação é transversal à sociedade portuguesa e ao mundo católico. Por todos os lugares se assiste à redução do número de missas, bem como confrarias a definharem. Pese embora, o caso que estudamos, a de Santo

²² Silva, Sara Manuela, *Os carmelitas descalços em Braga e a real irmandade de Nossa Senhora do Carmo, Braga*, Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, 2014, dis. de Mestrado policopiada.

²³ ADB, Ms. N° 1055, fls. 378-384.

António da Praça dos Touros, passou a Idade Moderna incólume, e a ela se agregaram as confrarias de São Lourenço da Ordem e Nossa Senhora das Necessidades, atestando o bom momento conhecido por esta instituição.

As confrarias de São Lourenço e Nossa Senhora das Necessidades foram anexadas em 1912. Estas confrarias estavam instaladas na capela de São Lourenço da Ordem, na freguesia de S. Martinho de Dume. Para tal foi convocada a assembleia de irmãos da confraria de Santo António, estando a maioria presente. O movimento de união de confrarias foi geral, e levou a que muitas se unissem, por vezes mais do que uma, em outra mais forte. Em Lisboa, 25% destas instituições tinham em 1888 mais do que uma invocação, o que significava a sua união²⁴.

Esta fusão implicou em primeiro lugar a alteração do nome da instituição, que a partir de então passou a designar-se confraria de Santo António, Nossa Senhora das Necessidades e São Lourenço. Instituíram que a confraria da nova instituição, por receber os capitais, alfaias e outros haveres das que se fundiam, ficava obrigada a celebrar e venerar na sua capela, no último domingo de Maio, ou no seguinte, a imagem de Nossa Senhora das Necessidades, devendo a cerimónia integrar uma missa cantada e ser realizada com solenidade, de acordo com as leis portuguesas; venerar e festejar a imagem de São Lourenço; mandar celebrar anualmente em qualquer altar 22 missas pelos seus confrades vivos e falecidos, mas também pelos seus benfeitores; mandar celebrar 10 missas por cada irmão da confraria de São Lourenço da Ordem e Nossa Senhora das Necessidades que falecer; nas festividades, o Santíssimo Sacramento será exposto, caso seja financeiramente possível; a partir desta união, os confrades das confrarias agora unidas gozarão igualmente de todas as indulgências e direitos. A Mesa da confraria de Santo António obrigava-se a efetuar novos estatutos. Estas cláusulas foram aceites por todos os presentes²⁵.

Esta união foi autorizada pelo Governador Civil de Braga, Dr. Manuel Monteiro, em 11 de outubro de 1912.

Assiste-se, assim no século XVIII a um descrédito nas confrarias, muito devido às ideias revolucionárias, que vindas da América do Norte e da França colocavam em sobressalto a fé dos mais fervorosos. Na França, as consequências são imediatas e muitas destas instituições entram em colapso. No entanto, veremos com frequência algumas irmandades a unirem-se com outras

²⁴ Penteado, Pedro, “Confrarias”, in Azevedo, Carlos Moreira (dir.), *Dicionário de História Religiosa de Portugal...*, p. 468.

²⁵ AIP, Fundo da confraria de Santo António, Doc. avulso, não paginado.

mais fortes para dar resposta às dificuldades económicas que atravessavam. Este movimento de agregação ou de junção tem sido estudado por Tiago Ferraz, que na sua tese de doutoramento o aborda de forma significativa²⁶.

Neste movimento confraternal, que se estende de Norte a Sul de Portugal e que se encontra muito visível nas Memórias Paroquiais de 1756, sempre houve irmandades mais poderosas financeiramente do que outras, evidenciando fileiras de irmãos bem distintas, como, aliás, fontes de rendimento. Sublinhe-se também o rendimento do dinheiro dado a juros e o proveniente dos peditórios, que se faziam pela cidade e fora dela. Estas instituições tinham elevados gastos em festas e cultos religiosos, ora quando os legados começaram a decair, os juros a não serem pagos e os peditórios a falharem, entraram em decadência porque não conseguiam celebrar as missas que aceitaram celebrar. Havia também casos de má administração das suas rendas.

As festas destas instituições encontram-se ainda por estudar, pese embora estudos recentes tenham dado destaque a estas manifestações em algumas localidades²⁷. Elas não apenas promoviam a festa do seu patrono, normalmente coincidente com o dia das eleições da Mesa, mas acompanhavam outras, para o que eram convidadas. Em algumas destas instituições, os irmãos que residiam mais perto da sede eram obrigados a participar nas suas celebrações festivas²⁸.

As confrarias bracarenses com melhor situação financeira encontravam-se sedeadas nas freguesias da Sé, S. João do Souto e S. Vítor. Por outro lado, nas freguesias da Cividade, S. Lázaro e Maximinos estavam sedeadas as mais pobres, o que se coaduna com as características socio económicas da população envolvente²⁹. As irmandades mais ricas procuravam rentabilizar os seus bens de raiz, ou derivados de doações e também emprestavam capitais a juro, procurando desta forma maior sustentabilidade financeira.

Entre as confrarias da cidade, existia a de S. Vicente, apelidada de irmandade “do povo e da cidade” à qual se uniu a do Santo Homem Bom, corporação do ofício dos alfaiates, em

²⁶ Veja-se Ferraz, Norberto Tiago Gonçalves, *A morte e a salvação da alma na Braga setecentista*, Braga, Universidade do Minho, 2014, tese de doutoramento policopiada.

²⁷ Leia-se o trabalho de Barbosa, António Dantas, *Tempos de festa em Ponte de Lima (séculos XVII-XIX)*, vol. II..., pp. 13-168.

²⁸ Veja-se Rodriguez Otero, Ramón, *Cofradía del Santísimo Sacramento en la Comarca del Tea 1659-1888*, Tui, Museo y archivo histórico diocesano, 1995.

²⁹ Norberto Tiago Gonçalves Ferraz, *A morte e a salvação da alma na Braga setecentista...*, p. 87.

1783. Na igreja de S. Vicente estava ainda sedeada a das Almas de S. Vicente, onde ainda hoje se encontra.

A confraria de S. Vicente, considerada “confraria do povo”, por acolher confrades de todas as freguesias da cidade, era uma instituição muito antiga e permanece ativa até aos dias de hoje e com muito vigor. Sabe-se que nos finais do século XVI já se encontrava em funcionamento, e no século XVIII possuía igreja própria. Da confraria poderiam fazer parte nobres e eclesiásticos, mas nenhum podia integrar a Mesa³⁰. Era uma irmandade com características muito peculiares³¹. Concedia esmolas a confrades e não confrades, em situação de pobreza, ou “empregados” nos seus leitões, isto é, que vivessem acamados e visitava os irmãos doentes preparando-os para uma eventualidade: a morte. Também as mulheres pobres e desamparadas eram apoiadas para impedir que enveredassem por maus caminhos. Outras missões: “Para além dos pobres e doentes eram ainda auxiliados os presos”, devendo os mordomos correspondentes preocuparem-se com o estado dos encarcerados³². O apoio confraternal de visita aos presos era também praticado por outras confrarias não elitistas, como a de Santa Cruz do Bom Jesus, S. Crispim, S. Crispiniano, Almas de S. Victor e S. João da Ponte³³.

A partir dos meados do século XVIII, todos os anos a confraria atribuía dotes para casar, a raparigas pobres e órfãs³⁴, ou seja, passa a ter outras atribuições “Para além dos pobres, doentes e presos, eram ainda auxiliadas raparigas pobres e órfãs”³⁵. A confraria de S. Vicente ocupava em 1764, um dos lugares mais importante no *ranking* das confrarias da cidade.

³⁰ Consultar tese de Mestrado de Sousa, Ariana Sofia Almendra de, *Os estatutos e a confraria de São Vicente de Braga no século XVIII...*, p. 78.

³¹ Gomes, Paula Alexandra de Carvalho Sobral, *Oficiais e Confrades em Braga no Tempo de Pombal. (Contributos para o Estudo do Movimento e Organização Confraternal Bracarense no Século XVIII)...*, p.189.

³² Sousa, Ariana Sofia Almendra de, *Os estatutos e a confraria de São Vicente de Braga no século XVIII...*, p. 121.

³³ Araújo, Maria Marta Lobo de, “As confrarias de Braga e a ajuda aos pobres na Idade Moderna. Estudo preliminar”, in *Interconexões. Revista de Ciências Sociais*, vol. 2, nº 1, 2014, pp. 15-32.

³⁴ Sousa, Ariana Sofia Almendra de, *Os estatutos e a confraria de São Vicente de Braga no século XVIII...*, pp.119-124.

³⁵ Araújo, Maria Marta Lobo de, *Filha casada, filha arrumada: a distribuição de dotes de casamento na confraria de São Vicente de Braga (1750-1870)*, Braga, CITCEM, 2011, pp. 12-14.

Na segunda metade do século XVIII, a irmandade mais rica da cidade era a do Santíssimo Sacramento da Sé, pois estava instalada numa capela rica, seguida pela do Bom Jesus dos Santo Passos e S. Vicente “ grande e rica”, que ocupava o terceiro lugar³⁶.

A irmandade de Santa Cruz foi fundada em 1581 por Jerónimo Portillo, e era também muito poderosa. Foi erigida pela devoção especial que o fundador sentia em relação a uma cruz, mandada colocar fora dos muros da cidade, pelo arcebispo D. Diogo de Sousa. Inicialmente era constituída por homens poderosos da cidade e estudantes, mas à medida que o tempo avançava transformava-se numa grande instituição onde estavam inscritos muitos nobres e homens ligados ao clero, nomeadamente cónegos e doutores. Na viragem do século XVII para o XVIII, esta irmandade era constituída e dirigida pela elite bracarense: cónegos, nobreza civil e eclesiástica, e sobretudo muitos indivíduos ricos.

No primeiro quartel do século XVII, a irmandade de Santa Cruz decidiu construir o seu próprio templo, devido às incompatibilidades que existiam com o pároco da freguesia de S. João do Souto, e principalmente com a Santa Casa³⁷. A esta instituição agregaram-se outras: a de Santa Ana, localizada numa ermida e depois capela de Santa Ana; a do Bom Jesus dos Santos Passos, encontrava-se ligada à da Paixão de Cristo. Fundada pelo Arcebispo frei Agostinho de Jesus, esta última irmandade havia permanecido no convento do Pópulo, porém, devido a diferenças com os frades Agostinhos decidiu instalá-la na capela de Santa Ana, mais tarde demolida. Por ordem de D. Gaspar de Bragança (1758-1789), ficou unida à de Santa Cruz, bastante poderosa na época, embora nem todos os fiéis tenham ficado satisfeitos com esta decisão.

Mas como se governavam estas instituições? As confrarias mais ricas cobravam avantajadas joias de entrada, legados patrimoniais abastados, e ainda mutuavam o dinheiro disponível que tinham, cobrando juros.

As confrarias de cariz profissional funcionavam do seguinte modo: todos aqueles que pretendessem exercer um ofício teriam de se submeter a um exame executado pelos mestres do respetivo ofício. Estes cobravam uma quantia pelo ato praticado, e esse produto revertia a favor da corporação

³⁶ Gomes, Paula Alexandra de Carvalho Sobral, *Oficiais e Confrades em Braga no Tempo de Pombal. (Contributos para o Estudo do Movimento e Organização Confraternal Bracarense no Século XVIII)* ..., p. 135.

³⁷ Silva, Elsa Liliana Antunes, *A festa na confraria de Santa Cruz de Braga no século XVIII*, Braga, Universidade do Minho, 2013, dis. de Mestrado policopiada, p. 44.

As irmandades de capacidade média e pobres tinham o seu suporte financeiro nas esmolas que recebiam, no empréstimo de algum dinheiro a juros e também nos peditórios que empreendiam. Porém, eram os legados que alcançavam mais importância³⁸.

Podemos observar que estas comunidades eram ativas e, por vezes, disputavam entre si, não só a melhor, mas a maior representação social nas freguesias em que estavam sedeadas. Eram diferentes na sua constituição social, no seu poderio financeiro e nas práticas culturais, assistenciais e festivas. Estamos, portanto, perante instituições com fins muito semelhantes, mas com práticas que as distinguem.

2. As alterações sofridas no Liberalismo e na República

Na Idade Moderna, a ação assistencial destas instituições estava quase circunscrita aos seus irmãos, perdendo muitas das funções que tiveram na Idade Média, para as Misericórdias, instituições de proteção régia, que mesmo tendo recursos financeiros próprios e que reuniram grandes possibilidades económicas, eram todas diferentes quanto a este aspeto. O Liberalismo fez crescer o controlo do Estado sobre as Misericórdias e outras instituições. Isso fez com que se vissem confrontadas com a necessidade de subsidiar o ensino primário das freguesias, os lactários e albergues noturnos, ajudando a colmatar as deficiências deixadas pela saída das Ordens Religiosas em alguns destes setores.

Segundo Maria Antónia Lopes, durante o liberalismo tentou-se que o Estado e outras instituições, desempenhassem um papel decisivo na assistência pública. Todavia, também como afirma esta autora

“(...) o regime liberal continuou a tendência iniciada por Pombal para a laicização da assistência, desta vez encarada como tarefa do Estado (...) em que este assumiu o objetivo de desenvolver as suas próprias estruturas e, ao mesmo tempo, coordenar as outras instituições que desenvolviam serviços assistenciais, em grande parte herdadas pelo Antigo Regime: confrarias, ordens terceiras, Misericórdias”³⁹.

³⁸ Ferraz, Norberto Tiago Gonçalves, Ferraz, Norberto Tiago Gonçalves Ferraz, *A morte e a salvação da alma na Braga setecentista...*, pp. 299-311.

³⁹ Lopes, Maria Antónia, *Protecção Social em Portugal na Idade Moderna. Guia de estudo e investigação*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 2010, p.150.

No início do século XX, verificou-se uma grande diminuição de confrarias devido às mudanças socio-políticas, ou seja, às ideias liberais e republicanas que assolaram toda a Europa e também o nosso país. Para alterar o sistema em curso era preciso muito dinheiro, que o Estado não possuía⁴⁰.

A República e as alterações provocadas teve um impacto muito assinalável, quer na sociedade, quer nas instituições existentes. Essas alterações foram sentidas a vários níveis, tendo a religião católica sido fustigada pelas medidas do governo provisório. Clero secular e ordens religiosas conheceram grandes mudanças com os decretos anticlericais e as perseguições feitas a alguns membros, mesmo os que ocupavam altos cargos, como foi o caso de alguns bispos.

Pelos finais do século XIX sentia-se um ambiente muito contrário ao domínio da Igreja, instituição muito criticada, não só pelo partido Republicano, mas também pela Maçonaria.

A 1ª República adotou uma política muito secular, e no que diz respeito às confrarias registaram-se também significativas mudanças: várias mesas foram substituídas por comissões administrativas, afetas ao regime. Com a lei da separação do Estado da Igreja de 1911, as confrarias foram obrigadas a alterar os seus textos normativos. A lei procurava torná-las socialmente úteis e contemplava a formação de associações culturais, que tendo uma base assente na beneficência, organizavam e subsidiavam o culto na sua área. Podiam existir também confrarias de culto. Enquanto as primeiras despenderiam 2/3 das suas receitas em ações culturais e 1/3 em assistência, as confrarias estavam obrigadas ao contrário. Foram ainda limitadas no número, o clero não podia integrar as suas decisões e estavam impedidas de adquirir bens para efeitos culturais. Esta nova lei não agradou às confrarias, que a procuraram reverter, mas nem todas estiveram em uníssono. Com exceção das de Lisboa que se mostraram mais ativas, as restantes apresentaram uma posição mais conformista e em vez de alterar os seus estatutos não o fizeram, dilatando no tempo essa tomada de decisão. Só mais tarde, e perante pronúncia da Santa Sé, se decidiram a fazê-lo. Posteriormente, um decreto do governo anunciava que as igrejas deixariam de ser encerradas se nelas existissem confrarias ou irmandades, o que trouxe algum descanso a estas instituições. A intranquilidade que se instalou

⁴⁰ Lopes, Maria Antónia, *Protecção Social em Portugal na Idade Moderna. Guia de estudo e investigação...*, p. 152.

levou o Governo a retroceder em alguns aspetos, também porque o clero se tinha organizado e sublinhado o carácter espiritual das confrarias, resistindo às novas leis do Estado⁴¹.

O clima assustador vivido levou à diáspora das congregações religiosas masculinas que se distribuíram por vários contextos, nomeadamente pela Europa e Brasil. A Igreja era confrontada com uma nova realidade, sentindo-se revoltada com a situação, pois o Governo desvalorizava as congregações religiosas, masculinas ou femininas, esquecendo todo o seu labor religioso e também no campo do ensino.

A perseguição à Igreja e às suas instituições vinha já de finais da Monarquia Constitucional. A força dos movimentos mais radicais, onde se inclui os partidos Republicano e Socialista, mas também a própria Maçonaria que semeavam ideias novas e mais seculares, o que acelerou a laicização da sociedade e também do Estado. Este assunto era um fenómeno ideológico.

Conheceu-se também um outro fenómeno que deve ser relacionado. As congregações religiosas originaram outros movimentos religiosos paralelos, como se verificou com o apostolado, o que se efetuou à margem das paróquias, provocando um desentendimento entre os católicos. O Centro Nacional Católico originou um partido político, o que não foi bem visto por todos os católicos, membros de outros partidos. Estes mesmos não desejavam ver a Igreja envolvida noutras fações⁴².

Com o 28 de maio de 1926 o ambiente alterou-se e foi mais favorável às confrarias, sendo-lhes permitido práticas devocionais que a república tinha interdito. As procissões regressaram, assim como outras festividades religiosas importantes para alguns contextos, nomeadamente as zonas mais rurais. Alguns membros do clero mostraram-se muito ativos neste reaparecimento, o que deu um novo alento à igreja católica. Com o Estado Novo, a Igreja ganhou novamente um espaço que tinha perdido, embora num contexto novo, e as confrarias conheceram com este ambiente um panorama mais favorável para as suas atividades⁴³.

⁴¹Para este assunto deve ler-se o importante trabalho de Carvalho, David Augusto Figueiredo Luna de, “As confrarias durante a I República em Portugal, 1911-1912”, in *Em nome do Espírito Santo. História de um culto*, Lisboa, IANTT, 2004, pp. 117-127.

⁴² *Voz de Santo António, Revista Mensal Ilustrada*, Lisboa, CEHR, Centro de Estudos História Religiosa.

⁴³ Para este assunto consulte-se Penteado, Pedro, “Confrarias”, in Azevedo, Carlos Moreira (dir.), *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2000, pp. 468-469.

3. O universo confraternal na Idade Moderna e Contemporânea

A historiografia tem demarcado a Idade Média, séculos XII e XIII, para o surgimento das primeiras confrarias. Em muitos casos já estudados, elas resultaram de grupos profissionais específicos que agregam os seus membros em torno de um patrono⁴⁴. Em Portugal são conhecidas a dos Lavradores de Torres Novas e a dos Homens Bons Ovelheiros de Viana, que tinha nos seus confrades "abastados criadores de gado"⁴⁵.

Após o Concílio de Trento, as confrarias sofreram alterações significativas, desde logo por perderem parte da sua ação assistencial, vincando mais fortemente a sua ligação ao culto. No caso português demarcam-se as Misericórdias, que alcançam neste Concílio o estatuto de "imediate proteção régia" o que as protegia perante as investidas da Igreja e dos seus agentes.

As Misericórdias pelo estatuto que possuíam, mas também pelo que faziam, cumprindo as 14 obras de misericórdia, ocupam um lugar muito distinto das restantes confrarias. A elas cabe-lhes o desempenho da caridade, retirando protagonismo às confrarias religiosas neste setor, embora não acabem com ele, pois algumas delas continuam a assistir em vida e na morte, principalmente os seus membros⁴⁶. Até ao início da Idade Moderna, as confrarias tiveram origem em movimentos laicos, essencialmente de cariz profissional, mas foi nesta época que se deu uma proliferação em grande escala.

Desde a Idade Média que o movimento confraternal assumiu grande relevância no contexto europeu e no nosso país. As confrarias deram um importante contributo ao proporcionarem aos crentes a possibilidade de contactarem com várias devoções de forma organizada. Em contexto de contrarreforma, o seu papel aumentou, servindo de base aos fiéis para um melhor e mais enraizado enquadramento religioso. Com ele e após o Concílio de Trento, algumas devoções, como a Virgem Maria do Rosário e das Almas do Purgatório, mas

⁴⁴ Para Braga leia-se Capela, José Viriato, "Confrarias e sociedade", in Capela, José Viriato (coord.), *As freguesias do distrito de Braga nas Memórias Paroquiais de 1758. A construção do imaginário minhoto setecentista*, Braga, Barbosa e Xavier, 2003, p. 594.

⁴⁵ Fonseca Jorge, "Para a história do associativismo no Alentejo medieval. A confraria e a albergaria do Espírito Santo do Vimieiro", in *A cidade de Évora. Boletim de Cultura da Câmara Municipal*, nº 3, II série, 1998-99, p. 12.

⁴⁶ Guadalupe Muñoz, Miguel Luis, "Sanidad doméstica, solidariedade corporativa: las cofradías ante la enfermedad en la España Moderna", in Abreu, Laurinda (edi.), *Asistencia y Caridad como Estratégias de Intervención Social: Iglesia, Estado y Comunidad (s. XV-XX)*, Bilbao, Universidad del País Vasco, 2007, p. 77.

também o Santíssimo Sacramento conheceram uma maior disseminação⁴⁷. Estas instituições divulgaram-se muito nos espaços rurais e urbanos, existindo em algumas paróquias, por vezes mais do que uma destas invocações.

Os leigos encontravam nas confrarias, não só um espaço para a sua vida religiosa, mas também para outros patamares de intervenção. Promoveram as identidades grupais de vários setores, pese embora as diferenças existentes na sociedade⁴⁸, contribuindo para que desta forma se integrassem, quer através das festas, quer através de outras manifestações, como eram, por exemplo, as procissões. Proporcionaram também acesso ao exercício do poder, pois os homens que as integravam puderam aceder ao poder, integrando a Mesa que as geria, ou mesmo a Junta. Várias destas instituições operavam com este órgão de poder, elegendo alguns irmãos para aconselhar a Mesa. Algumas participavam também no mercado creditício, disponibilizando capitais a crédito, num período em que em Portugal não existiam bancos⁴⁹.

Os contextos em que estavam inseridas ditou algumas das tarefas a que estas instituições se entregavam. Sabemos que nem todas cumpriam as mesmas funções, embora todas se entregassem ao culto e o promovessem com afinco. Tiveram como ponto alto os séculos XVII e XVIII, mas mesmo depois deste último continuaram muito ativas e intervenientes em termos religiosos e sociais, se bem que várias delas já estavam agregadas a outras.

Durante o período apontado, estas instituições conheceram uma grande difusão, quer na Europa católica, quer nos seus impérios, conhecendo-se números muito elevados. A publicação das Memórias Paroquiais por José Viriato Capela e os estudos que os volumes contêm têm dado a conhecer esse movimento em Portugal em meados de setecentos⁵⁰. Esta propagação terá surgido pela necessidade que as pessoas sentiam de serem protegidas, não só na vida quotidiana, mas também na salvação de alma, após a morte “a crença na remoção das Almas do Purgatório para o Céu, tornava os homens pios e levava-os a investir na salvação da alma”⁵¹.

⁴⁷ Lebrun, François, “As Reformas: devoções comunitárias e piedade individual”, in Ariès, Philippe; Duby, Georges (dir.), *História da vida privada. Do Renascimento ao Século das Luzes*, Porto, Afrontamento, 1990, pp. 71-111.

⁴⁸ Penteado, Pedro, “Confrarias portuguesas da época moderna: problemas, resultados e tendências da investigação”, in *Lusitânia Sacra...*, pp. 15-16.

⁴⁹ Matos, Artur Teodoro, “Empréstimos e Penhores de uma confraria de Goa no século XVIII”, in *Revista Portuguesa de História*, tomo XXXVI, vol. I, 2002/2003, pp. 555-563.

⁵⁰ Capela, José Viriato (dir), *Memórias Paroquiais de 1758*. Este historiador tem publicado sistematicamente estas Memórias em vários tomos, começando pelo Norte do país. Neste momento, estão publicados vários volumes referentes a cada distrito, sendo o último respeitante a Lisboa.

⁵¹ Araújo, Maria Marta Lobo de, *Rituais de caridade na Misericórdia de Ponte de Lima (séculos XVI-XIX)*, Braga, Santa Casa da Misericórdia de Ponte de Lima, 2003.

Com ela divulgou-se também o Purgatório, surgido na Europa ainda na Idade Moderna, mas um pouco mais tarde em Portugal⁵². A Igreja Católica “consagrou o Purgatório como etapa imprescindível de passagem para todas as almas que deviam ser purificadas, antes de alcançar a glória eterna”⁵³.

Instituições coletivas, as irmandades atuavam em grupo e eram compostas por gente diversa. Pertencer a uma destas instituições era contar com auxílio na morte e em algumas delas também em vida. Em momentos complicados, marcados pela pobreza, fome, epidemias, doenças e até o cativo, algumas delas ajudavam os seus membros, mandando-lhes uma esmola em dinheiro e/ou confortando-os com palavras. Havia também quem auxiliasse os mais velhos com roupa e comida. Ser “irmão” numa irmandade ou confraria, era sentir-se integrado numa “família mais alargada, baseada no sentimento cristão de fraternidade e amor ao próximo”⁵⁴. Era também ter acesso a um funeral condigno acompanhado pelos irmãos, podendo ainda lucrar das missas que esta mandasse celebrar pelos seus membros. Porém, como vários trabalhos têm vindo a demonstrar nem sempre o dever de acompanhar era cumprido. Com o avançar da Idade Moderna, os confrades começaram a negar-se a essa tarefa, mesmo sabendo que seriam penalizados e em certos casos excluídos. A indisciplina tomou posse de algumas destas instituições, fazendo arrastar as cerimónias fúnebres e cobrindo-as de escândalos. A integração numa confraria possibilitava um maior acesso à prática religiosa e a uma procura mais assídua dos sacramentos, assim como a peregrinações, sermões, novenas, vias-sacras e festas religiosas.

A oração e a participação em cerimónias religiosas como eram as missas constituíam uma das razões que levavam as pessoas a integrarem estas instituições. Cada um tinha liberdade para o fazer quando bem entendesse, mas sabemos que várias famílias decidiam entrar em conjunto, inscrevendo o pai, a mãe e até os filhos pequenos. De acordo com a capacidade económica de cada um, o momento da inscrição podia ser mais cedo ou mais tarde,

⁵²Para a Europa consulte-se o trabalho de Le Goff, Jacques, *O nascimento do Purgatório*, Lisboa, Editorial Estampa, 1995, p. 425. Para Portugal veja-se o estudo de Abreu, Laurinda, *Memórias da Alma e do Corpo. A Misericórdia de Setúbal na Modernidade*, Viseu, Palimage Editores, 1999, pp. 88-90.

⁵³ Ferraz, Norberto Tiago Gonçalves, *A morte e a salvação da alma na Braga setecentista...*, p. 16.

⁵⁴ Penteado, Pedro, “Confrarias portuguesas da época moderna: problemas, resultados e tendências da investigação”, in *Lusitânia Sacra...*, p. 27.

pois implicava o pagamento de uma cota e os anuais, em várias delas. Havia ainda quem aceitasse pessoas defuntas no corpo de irmãos⁵⁵.

Os aspetos que motivaram as pessoas para este tipo de associações são variados, e a “sua integração e identidade social e a busca de maior distinção no interior das comunidades” é um deles⁵⁶. A “questão da integração social assumiu uma importância especial, no caso de homens de cor e dos cristãos novos”, pois permitiam que estes acessem a lugares e a contactos sociais que de outra forma não conseguiam.

Parece-nos vislumbrar que o motivo para integrar uma irmandade, nem sempre é o devocional, porque existem outros que lhe estão associados e que adquirem, por vezes, posições quase prioritárias. No entanto, numa visão geral podemos observar que “a morte e o peso que ela representava na vida e, conseqüentemente, a salvação da alma eram galvanizadoras para tomar estas decisões. Deixar tudo arrumado e planeado para conseguir aplanar o caminho da salvação constituía uma preocupação para quem tinha património e o podia rentabilizar em favor da obtenção da glória eterna”⁵⁷.

As confrarias das Almas do Purgatório existiam em quase todas as paróquias, e eram das mais procuradas. Todos ansiavam pertencer-lhe, pois diferia de outras que apesar de efetuarem serviços de sufrágio e acompanhamento fúnebre, só englobava irmãos, familiares e benfeitores, enquanto as das Almas do Purgatório os direcionavam para todas as almas que escapassem do Inferno, mas que se encontrassem em lugar de Purificação antes de acederem ao Paraíso⁵⁸.

Para além da confraria das Almas do Purgatório, havia mais duas também frequentes em todas as localidades que reuniam condições para as ter: a do Santíssimo Sacramento e a de Nossa Senhora do Rosário. A proliferação do culto à Senhora do Rosário na Idade Moderna é revelador de uma religiosidade oracional do culto mariano. Em Braga, a oração do rosário era muito popular e em algumas ruas acontecia em público ao cair da noite, quando os devotos

⁵⁵ Mantecón Movellán, Tomás António, *Contrarreforma y Religiosidad Popular en Cantabria...*, p. 93.

⁵⁶ Penteado, Pedro, “Confrarias portuguesas da época moderna: problemas, resultados e tendências da investigação”, in *Lusitânia Sacra...*, p. 28.

⁵⁷ Araújo, Maria Marta Lobo de, “Introdução”, in Araújo, Maria Marta Lobo de (coord.), *As confrarias de Braga na época barroca*, Vila Nova de Famalicão, Húmus, 2016, p. 12.

⁵⁸ Para estas instituições leia-se o trabalho de Esteves, Alexandra, “Las cofradías de Ánimas en el municipio de Ponte de Lima: espacios de devoción y sociabilidad”, in Martín García, Alfredo; Pérez Álvarez, María José (Coord.), *Religion, Política y Patrimonio en la Península Ibérica (siglos XIII-XXI)*, Madrid, Editorial Síntesis, 2018, pp. 217-221.

oravam em voz alta. O rosário podia também ser rezado de forma mais íntima, proporcionando a cada um espaço de reflexão e oração individual.

Para sufragar as almas com missas e outras manifestações devocionais era necessário que as confrarias tivessem rendimentos para as mandar celebrar. Algumas confrarias deparavam-se com grandes dificuldades económicas, pois apenas viviam da joia de entrada de novos irmãos, faziam peditórios com frequência ao longo do ano, e também nos dias festivos especiais, contudo, a maior ajuda era obtida através de legados pios. Todavia, nem todas os receberam. Estes podiam ser remedidos de uma só vez, ou perdurarem no tempo. Enquanto alguns devotos só pretendiam os serviços fúnebres e de sufrágio de curto e médio prazo, outros desejavam que tal acontecesse de forma perpétua. Existiam vários serviços devocionais para sufragar as almas, pois “acreditava-se que vigílias, novenas, orações, missas e responsos auxiliavam na passagem”. Para que fosse possível a realização desses serviços instituíam-se legados pios perpétuos, que poderiam ser suportados por bens de raiz, como casas e terrenos para fazer face a este sufrágio perpétuo, ou com dinheiro. Normalmente, os bens eram vendidos ou aforados, no caso das terras e casas, e colocados, tal como o dinheiro a render juros. Empréstimo de dinheiro a juros foi muito frequente na Idade Moderna, pois existiam muitos solicitadores. As confrarias envolveram-se neste negócio rentável, mas também perigoso, quando os devedores dilatavam no tempo o pagamento dos juros e do montante solicitado ou não os conseguiam pagar.

Para as celebrações de sufrágio, os locais mais procurados em Braga para a sua realização foram a igreja da Sé, as duas igrejas da Santa Casa, a igreja de S. Vicente, a de S. Victor, a do Carmo, a do Colégio de S. Paulo, entre outras e a capela de Santo António, do Campo de Touros”.

Na Época Moderna, após Trento, as confrarias multiplicaram-se sob a égide da Igreja Católica, que passou a controlar estas associações. Após o surgimento de irmandades da Misericórdia, instituições de “imediata proteção régia”, verificou-se que estas prestigiadas associações com enorme influência sobre as elites locais, apresentaram-se como “centros de poder alternativo às câmaras”⁵⁹. Por esse motivo, grande parte da vertente assistencial transitou para as Misericórdias, castrando desta forma outras confrarias que durante muitos anos

⁵⁹ Fonseca Jorge, “Para a história do associativismo no Alentejo medieval. A confraria e a albergaria do Espírito Santo do Vimieiro”, in *A cidade de Évora. Boletim de Cultura da Câmara Municipal...*, p. 16.

praticaram as obras de Misericórdia⁶⁰. Desta forma, muito do poder assistencial que possuíam foi diminuído e ficou mais circunscrito aos seus irmãos, mas não são raras as que em Braga continuam a visitar os doentes, a dar esmolas aos pobres, a libertar presos, etc., dando preferência aos seus membros. A exceção para ter sido as confrarias de Caridade, iniciadas já no século XVIII, cujo objetivo principal era a assistência de proximidade, ou seja, a atribuição de esmolas.

Qualquer confraria que fosse criada, era referência obrigatória ter um altar com respetivas imagens, mas poderia estar alocada numa igreja paroquial, conventual, numa simples ermida, ou até mesmo dentro da igreja de outra confraria dividir altares com outras invocações. Em alguns casos, a confraria podia ter igreja própria, tudo dependia da importância patrimonial e política da mesma. No caso de a confraria ter igreja própria, esta poderia albergar em seus altares outras de menor importância, como já mencionámos.

Em algumas confrarias não eram admitidas mulheres, e estas só poderiam estar associadas e obter determinados benefícios, através da inscrição de seus maridos. Todavia, em muitas elas eram admitidas, mas para tal tinham de desembolsar mais dinheiro que os homens. Como nos diz Guilhermina Mota, na irmandade da Nossa Senhora do Carmo de Mortágua “a entrada de membros do sexo feminino era paga a peso de ouro”⁶¹. Esta atitude tinha por finalidade dificultar a entrada de irmãs e só quem tivesse boas condições económicas é que poderia dar-se a esse privilégio. Em algumas irmandades paroquiais a percentagem de mulheres era reduzidíssima, enquanto noutras apresentam níveis elevados de participação. Pensamos que sobre este assunto existe muito trabalho ainda para realizar. Na verdade, estudar a participação feminina no movimento confraternal parece-nos um tema muito interessante, mas que não tem tido o estudo devido.

As confrarias não eram todas iguais. Havia confrarias do tipo “aberto” e outras de carácter “fechado”. Na “maioria das confrarias abertas” verificava-se que a percentagem de eclesiásticos era pouco assinalável⁶², mas verificava-se o contrário nas irmandades de clérigos em que o número de leigos era pouco considerável. Nas irmandades “fechadas”, em que o

⁶⁰ Sá, Isabel dos Guimarães, *Quando o rico se faz pobre: Misericórdias, caridade e poder no império português 1500-1800*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações da Expansão Portuguesa, 1997.

⁶¹ Mota, Guilhermina, “A Irmandade da Senhora do Carmo da Marmeleira - Mortágua: (primeira metade do século XVIII)”, in *Revista de História das Ideias*, Vol. 9, Tomo II, 1987, p. 280.

⁶² Penteadó, Pedro, “Confrarias portuguesas da Época Moderna: problemas, resultados e tendências da investigação”, in *Lusitânia Sacra*, 2ª série, tomo VII, 1995, p. 32.

número de irmãos era fixo, só no caso de fazer parte da clientela de algum irmão ou familiar é que era possível a sua entrada. Como se verifica, em alguns destas instituições as pessoas mantinham laços de familiaridade entre si, conhecendo os cargos pouca rotatividade, tornando-as fechadas à maioria dos irmãos, pois a perpetuação dos mesmos, faziam circular entre si os lugares de poder.

Como referimos anteriormente algumas confrarias mantiveram práticas de assistência durante a Idade Moderna. A confraria de Santo André de Montemor o Novo, concedia auxílio ao confrade culpado da prática de um crime, como se verificava entre outras. Nela se “porventura for feito criminal, dêem-lhe trinta homens e armas que o tirem do reino à custa da albergaria”. Esta instituição tinha também uma albergaria. Por vezes, o auxílio era feito em dinheiro (como aos que eram cativos dos mouros). Era uma contribuição para efetuar o resgate. Outra manifestação interessante de solidariedade era o “bodo anual aos pobres, de pão e carne por ocasião da festa principal da confraria”⁶³. Esta prática que vem desde a Idade Média, permaneceu em algumas destas instituições durante o período seguinte, mas a tendência foi para o seu desaparecimento.

4. O culto a Santo António na religiosidade popular

Santo António é conhecido em todo o mundo, e é, sem dúvida, o mais popular dos santos populares. A sua imagem é vista por toda a parte: em igrejas e capelas dedicadas ao Santo, como neste caso, a capela de Santo António da Praça, casas particulares, azulejos em igrejas e casas, nichos e pinturas. Associadas ao seu nome encontra-se um sem número de ruas, praças, lugares, avenidas, freguesias, associações e confrarias, hospitais e outras instituições, cânticos e até embarcações.

Em Portugal, é vulgar ver-se uma imagem de Santo António em muitos estabelecimentos comerciais, o que é profundamente revelador da devoção a este santo. A imagem de Santo António já figurou em selos (1995), no sétimo centenário do seu nascimento e também em uma nota de vinte escudos, datada de 26 de maio de 1964. A sua popularidade é transversal a todas as idades e classes sociais.

⁶³ Fonseca Jorge, *Religião e Liberdade: os negros nas irmandades e confrarias portuguesas (séculos XVII-XVIII)*..., p. 13.

O culto a este Santo tem vindo a crescer através dos séculos, começando logo após a sua canonização em 1232, contudo, só se estendeu pelo mundo a partir do século XV, mais precisamente por onde se instalavam os frades menores franciscanos.⁶⁴

Santo António nasceu em Lisboa, com o nome de Fernando Martins de Bulhões, mas não existe uma data consensual para o seu nascimento, e várias datas são referidas por diferentes autores que vão desde 1188-1195. Joel Serrão aponta para 1190, mas a tradição atribui-lhe 1195⁶⁵. Morreu em Pádua no ano de 1131. Fez os seus estudos menores no convento de São Vicente de Fora, em Lisboa, onde foi recebido pelos cónegos regulares de Santo Agostinho, mas foi concluí-los depois em Santa Cruz de Coimbra. Aqui se ordenou sacerdote, ingressou de seguida na Ordem dos Frades Menores de São Francisco e mudou o seu nome para António. A sua vocação despertou quando teve conhecimento de cinco frades portugueses martirizados em Marrocos, e decidido a encontrar a morte pelo martírio, desprende-se de tudo: das suas raízes, da vida monástica, da tranquilidade do convento e da vida intelectual. Em seguida, partiu para África, mas desviado por uma forte tempestade, aportou em Itália, onde chegou muito doente. Após a cura, ficou a viver num eremitério no norte de Itália, juntamente com outros irmãos⁶⁶.

Santo António é um intelectual do seu tempo e o primeiro doutor da Ordem Franciscana. Declarado Doutor da Igreja em 1946, pela bula *Exulta, Lusitânia Félix*, de Pio XII⁶⁷. Frei António, homem de grande eloquência, sempre procurou preservar a sua humildade, em nada deixando antever os seus raros conhecimentos. Em 1221, viajou para a cidade de Assis, a fim de participar no “Capítulo da Ordem dos Franciscanos”. No ano seguinte, foi convidado pelo seu superior para fazer a pregação nesse evento, que o convenceu a seguir as indicações do Espírito Santo. E foi a partir deste momento que foram revelados os seus dons oratórios. De início, as suas palavras eram simples, mas com os profundos conhecimentos das Escrituras Sagradas, foram em seguida preenchidas de autoridade e firmeza, impressionando profundamente todos os seus ouvintes. E através da pregação foi ganhando a adesão dos populares, que acudiam de

⁶⁴ Cf. Rema, Henrique Pinto, *Santo António de Lisboa, Ex-votos*, Lisboa, Quetzal Editores 2003, pp. 25-29.

⁶⁵ Serrão, Joel (dir), *Dicionário de História em Portugal*. Vol. I/A-C. Mirandela, Iniciativas Editoriais, 1975.

⁶⁶ Cf. Rema, Henrique Pinto, “Santo António de Lisboa, Primeiro Santo Missionário Português”, in *Encontro de Culturas. Oito Séculos de Missionaço Portuguesa*, Lisboa, Conferência Episcopal Portuguesa 1994, pp. 69-79.

⁶⁷ Lopes, Fernando Félix, *Santo António de Lisboa, Doutor Evangélico*, Braga. Edições Boletim Mensal, 1954.

todos os lados, para ouvir as suas palavras. Os seus sermões tornaram-se famosos e ele passou a ser conhecido como "o grande pregador". Mas para além de pregador, Frei António foi também teólogo e místico.

Pregou ao povo por Itália e sul de França, mas também desempenhou funções de professor de Teologia nas universidades de Montpellier e Toulouse, e ainda cargos de responsabilidade na hierarquia da Ordem, em Pádua e Milão⁶⁸.

No ano de 1229, Santo António, já com a saúde bastante debilitada começou a redigir os seus "Sermões", que se encontram publicados em dois volumes. Este Santo, como grande pregador e dotado de grande cultura teológica, deixa transparecer grande intimidade com as Sagradas Escrituras sendo capaz de comunicar a Palavra de Deus com eficácia estimulando os ouvintes a uma mudança de vida.⁶⁹

Santo António, também é conhecido com sendo o Santo dos pobres e dos humildes, que dele se abeiravam para serem aconchegados espiritualmente⁷⁰. Mas numa terça-feira, dia 13 de Junho de 1231, a notícia da sua morte espalhou-se e o povo manifestou-se gritando: "Morreu o Santo! Morreu o Padre-Santo!"

A partir de Pádua, constituiu-se um polo irradiador do seu culto religioso, transmitindo-se a Lisboa, terra natal do santo, a Espanha, Itália e sul de França.

A difusão do culto faz-se no seio da Ordem Franciscana, apoiada pela Monarquia e alastra-se a partir do século XV, não só, por toda a Europa Cristã, mas também nas províncias portuguesas de além-mar, pela ação da missionação, de modo especial pela Franciscana.

Podemos encontrar centros de devoção a Santo António, em diferentes partes do mundo através da iconografia, o que por si só, evidencia o seu culto.

O culto antoniano em Portugal atingiu maior esplendor no século XVIII, no reinado de D. João V, manifestado com a construção da majestosa Basílica de Mafra, em conjunto com o Palácio e Convento, em louvor de Santo António e a Nossa Senhora.⁷¹

⁶⁸ Francisco de Assis, "Carta a Santo António", in *S. Francisco de Assis, Escritos-Biografias-Documentos, Fontes Franciscanas*, Braga, s. e., 1992, p. 101.

⁶⁹ Santo António: Pregador do Evangelho. Ordem dos Frades Menores Conventuais. Disponível em savconventual.blogspot.com/2012//santo-antnio-pregador-do-evangelho.html acesso em 25/4/2019.

⁷⁰ Ganho, Maria de Lourdes Sirgado, "A Espiritualidade de Santo António na piedade popular", in *Piedade Popular. Sociabilidades-Representações e Espiritualidades*, Lisboa, Terramar, 1996, p. 59.

⁷¹ Frei João de S. José, Monumento Sacro da fábrica e Soleníssima Sagração da Santa Basílica do Real Convento que junto à vila de Mafra dedicou a Nossa Senhora e Santo António a Majestade Augusta do Máximo Rei D. João v, Lisboa 1751, 9. Disponível em: www.patriarcado-lisboa.pt/2016865 conferência

A devoção popular a Santo António encontra-se enraizada no nosso país desde há séculos. Este Santo é padroeiro de muitas localidades, vilas e aldeias que lhe dedicam grandes festividades, e até em alguns concelhos é feriado municipal.

Em Portugal, os maiores festejos em sua honra realizam-se em Lisboa, na Casa-Igreja, em Coimbra, no convento de Santo António dos Olivais, e em Barcelos, no norte do país, onde possui igreja própria de grande dimensão⁷². Mas é na capital, cidade natal de Santo António que a festa em sua honra atinge maior esplendor. A partir da década de 30, do século XX (1932) por ocasião do centenário da sua canonização, os festejos foram enriquecidos com o concurso de marchas populares, passando desde então a fazer parte do programa de festas. Estas marchas representam os bairros da capital, e cada uma delas desenvolve um tema diferente. Na véspera do dia 13 de junho, desfilam na principal avenida da cidade formando um cortejo muito apreciado que está sujeito a um concurso.

O dia de maiores festejos em homenagem a Santo António é no dia 13 de junho, e a partir do ano de 1953, foi decretado feriado em Lisboa através do Despacho do Governo número 119, de 6 de junho⁷³.

Na sequência das grandes festas em Lisboa, e para não esquecer “ O Santo António casamenteiro, “surgiram a partir de 1958 os “Os casamentos de Santo António”, ato que foi apadrinhado pelo Jornal Diário Popular, o qual teve durante muitos anos um papel preponderante para viabilizar os casamentos, despertando uma onda de solidariedade, noticiando os apoios particulares, os estabelecimentos comerciais e as marcas.

Este acontecimento foi interrompido durante trinta anos, entre 1974 e 2004, momento em que foi recuperado pela autarquia lisboeta. Tem como objetivo proporcionar a festa de casamento totalmente gratuita, a cerca de dezena e meia de casais com reduzidas possibilidades económicas.

Os casamentos e as marchas populares constituem uma marca incontornável na tradição popular e no culto a Santo António, na capital portuguesa. No entanto, não poderemos deixar de referir “os tronos a Santo António”, apoiando-nos nas palavras de William Becford,

Basílica-de-mafra-o templo-e-a-cidade. Acesso em 25/4/2019.

⁷² Agência Eclésia-Estudo biográfico sobre Santo António, por Acácio José Afonso Sanches. Disponível em <https://www.agenciaecclesia.pt/noticias/dossier/santo-antonio-na-religiosidade-popular>. Acesso em 24/4/2019.

⁷³ Calvão, Maíke Alves, *Da Experiência Pedagógica Em Busca de Santo António e da Música na AEMF*, Coimbra, Escola Superior de Educação de Coimbra, s. d, Dissertação de Mestrado policopiada.

escritor inglês do século XVIII, quando diz: “ Em todas as casas ao longo da costa de Belém havia hoje a imagem de Santo António, no seu altar, ornado de flores e de longos pavios de cera”. Conta-se que estes pequenos tronos surgiram também no século XVIII como forma de pedir esmolas para a reconstrução da igreja de Santo António destruída parcialmente durante o terramoto de 1755.⁷⁴

De formas diversas, o culto antoniano revela-se imbuído de múltiplas influências e tem revelado a transformação deste franciscano erudito e pregador, em santo taumaturgo, folião e até casamenteiro.

Em Portugal, existem associações antonianas e confrarias com fins sócio caritativas, que dão assistência aos pobres e aos irmãos. Estas associações são formas vivas de devoção que, apesar de serem diferentes na sua história, os seus objetivos são idênticos, pois promovem a ajuda mútua entre os seus membros, o socorro dos pobres, a espiritualidade e a moral dos associados, através das práticas religiosas e do testemunho das boas obras e do bom exemplo, integrados na difusão do culto a Santo António.⁷⁵

Nos finais do século XIX, no âmbito do culto a Santo António, surgiu na cidade de Braga, uma revista intitulada “ Voz de Santo António”, órgão da Pia União de Santo António, muito próxima à Ordem Terceira Franciscana. Foi publicada pela primeira vez, em janeiro de 1895, por ocasião dos setecentos anos do nascimento do Santo. A iniciativa desta publicação, dedicada à divulgação do culto antoniano vem pela mão dos franciscanos do convento de Montariol, e foi previamente autorizada pelo papa. Este periódico surge no contexto da renovação católica desenvolvida no pontificado de Leão XIII, e manteve-se desde janeiro de 1895 até ao mês de abril de 1910, no momento em que surgiu uma polémica entre a imprensa Católica mais conservadora, que defendia os princípios do partido Nacionalista, e os responsáveis pela Voz de Santo António que seguiam a ideologia da Democracia Cristã.⁷⁶

O partido Nacionalista entendia que todos os católicos deviam votar nele, o que nem todos os católicos aceitavam. Esta atitude era reforçada pela revista franciscana do seminário de Montariol, a qual entrou em conflito com a revista “ Novo Mensageiro do Coração de Jesus”,

⁷⁴ António, o santo de tudo e de todos: a história das Festas de Lisboa. Disponível em <https://observador.pt/.../antonio-o-santo-de-tudo-e-de-todos-a-historia-das-festas-de-lisboa>. Acesso em 23/4/2019.

⁷⁵ Disponível em: <https://www.spncultura.org/antonio-o-mais-popular-de-todos-os-santos.html>.

⁷⁶ Revista, *Voz de Santo António*, Lisboa, Centro de Estudos de História Religiosa-Universidade Católica Portuguesa. Acesso em 25/4/2019.

(órgão oficial do Apostolado da Oração, dirigida pelos Jesuítas). Devido a esta celeuma, a revista antoniana foi encerrada por ordem do Cardeal Secretário do Vaticano, o que veio dar grande satisfação aos adversários da “Voz de Santo António”⁷⁷. Contudo, veio também pôr a descoberto, a incompatibilidade que existia entre estas duas ordens religiosas.

Todos os anos na cidade de Braga, no dia 13 de junho, são realizados festejos a Santo António, na igreja do Pópulo, lugar para onde foi deslocada a confraria, após a demolição da capela. A homenagem compõe-se de missa cantada com sermão, procurando sempre enaltecer os atributos deste Santo popular. Também é realizada uma trezena, que consta da reza diária do terço e outras orações, nos treze dias que antecedem o dia festivo. No final da cerimónia, o sacerdote procede à bênção do “pão de Santo António”, faz-se a tradicional distribuição do pão e cravos aos devotos.⁷⁸

Na igreja dos Terceiros e no convento de Montariol realizam-se festejos idênticos, incluindo a distribuição do pão.

Em Braga, a distribuição do “pão aos pobres”, foi introduzida pelo frei João da Santíssima Trindade e Sousa, franciscano de Montariol, que estando a par do milagre ocorrido em França, e subsequente Obra do Pão de Santo António, tentou convencer os seus superiores a que o apoiassem na realização desta iniciativa, mas infelizmente a resposta foi negativa. Recorreu então à mesa da Ordem Terceira de São Francisco, da igreja dos Terceiros e também não obteve sucesso. Contudo, Frei João não esmoreceu e continuou a lutar pela ideia, até que recebeu autorização para estabelecer a Obra do Pão de Santo António, na citada igreja dos Terceiros.

Em 25 de março de 1895 foram instalados na igreja dos Terceiros dois cofres, um com as cartas de pedidos de ajuda, e o outro para receber as esmolas. A reação foi enorme, quando passados poucos dias, recolheram esmolas com valor muito superior às que eram colhidas nos santuários do Bom Jesus, ou do Sameiro. Cerca de um mês depois, em 28 de Abril de 1895, realizou-se a primeira distribuição do “Pão de Santo António”, que contemplou centenas de pobres.

⁷⁷ *Idem.*

⁷⁸ Em ata da assembleia geral, de 19-12-1954, o presidente da confraria de Santo António da Praça, exaltou a Obra do Pão de Santo António, dizendo que graças à generosidade dos benfeitores e ao Santo António foi possível socorrer 160 necessitados, distribuindo quinzenalmente um kg de pão, a cada um deles.

Ao tornar-se franciscano, Santo António quis estar próximo das pessoas e passar uma mensagem de simplicidade, proximidade, obediência e pobreza. E ser ainda um divulgador da fé cristã, o mensageiro da paz, o pacificador e protetor dos homens, das crianças, e até dos animais, o Santo de todos. Os franciscanos recusavam a riqueza e o poder detidos pelas grandes ordens monásticas urbanas, “vendo-as como um obstáculo a uma aproximação ao povo miúdo das cidades, os destinatários da sua pregação”.

5. A confraria de Santo António no Campo dos Touros na Idade Moderna

A informação que possuímos sobre a capela e confraria em estudo remonta à Época Moderna, embora não saibamos o momento em que a instituição foi fundada, mas conhecemos a data da construção da capela. Esta foi edificada em 1546 a mando do arcebispo bracarense D. Manuel de Sousa⁷⁹. Será posteriormente mandada demolir pelo arcebispo D. frei Bartolomeu dos Mártires, o qual mandou erigir outra ermida junto ao postigo de Santo António⁸⁰. Com D. Rodrigo da Cunha edifica-se uma nova capela, já voltada para o Campo dos Touros, colocando a imagem que encimava a porta da cidade no interior desse templo. Simultaneamente ordenou a colocação de uma nova imagem no nicho da citada porta, incrementando o culto antoniano⁸¹. A partir daqui, a capela passa a ser designada por capela de Santo António da Praça dos Touros, por ser neste local onde corriam os touros.

Santo António tornou-se numa devoção que alcançou grande popularidade, enquanto protetor da vida e património dos lavradores, muito particularmente dos seus animais.

Em Braga, as Memórias Paroquiais de 1758 apontam para seis instituições que lhe eram dedicadas e para 22 no termo urbano, o que configura uma adesão muito grande a este culto, só ultrapassada na altura por São Sebastião, que contava com quatro na cidade e 27 nos arredores⁸².

⁷⁹ Freitas, Bernardino José Senna de, *Memórias de Braga*, vol. II..., p. 189.

⁸⁰ Freitas, Bernardino José Senna de, *Memórias de Braga*, vol. V..., p. 216; Machado, Carla Manuela Sousa, *Entre a clausura e o século: o recolhimento de Santo António do Campo da Vinha sob a administração da Misericórdia de Braga (séculos XVII-XVIII)*..., pp. 30-31.

⁸¹ Freitas, Bernardino José Senna de, *Memórias de Braga*, vol. V..., p. 217.

⁸² Capela, José Viriato; Ferreira, Ana Cunha, *Braga nas Memórias Paroquiais de 1758*..., p. 191.

As informações do século XVII estão associadas a um legado de missas que João de Novelli e Ângela de Burgos sua mulher instituído na Misericórdia de Braga, para serem celebradas na referida capela.

Imagem 2 Capela de Santo António do campo dos Touros



Fonte: Fotografia Aliança -Museu da Imagem Braga
AAL 004771-1949.

As disposições testamentárias dos citados instituidores visavam a salvação das suas almas, tendo investido por isso neste campo. Para celebrar duas missas quotidianamente, mais de seis dezenas de missas mensalmente foram vários capelães, a quem a Misericórdia pagava o serviço prestado, como as fontes atestam⁸³. Os sufrágios eram por intenção das suas almas e dos seus parentes, a quem designavam por “seus defuntos”, pois continuavam a integrar a família, apesar de estarem mortos.

⁸³ ADB, fundo da Misericórdia de Braga, *livro de missas em Santo António do Campo dos Touros: 1723-1736, n° 104; Livro das Missas de Santo António do Campo dos Touros 1736-1748, n° 105; livro das Missas de Santo António do Campo dos Touros 1749-1764, n° 106; Livro dos dois legados de missas quotidianas de João de Novelli e sua mulher Ângela de Burgos na capela de Santo António do campo dos Touros 1765-1778, n° 107.*

A preocupação com a salvação da alma e com o resgate do Purgatório levou os homens a investir para mais facilmente alcançarem a glória eterna. Este casal quis que os seus sufrágios decorressem na capela de Santo António, embora desconheçamos os motivos que os impulsionaram. Provavelmente, eram devotos deste Santo e acreditavam nos seus poderes para resgatar almas do Purgatório, à semelhança de outros. Sabemos que tal como São Miguel o Anjo, a Virgem Maria, Santa Ana, São Nicolau Tolentino e outros eram considerados como salvadores de almas do Purgatório, por terem o privilégio de as resgatarem.

As missas mandadas celebrar pelos benfeitores eram pagas a 80 réis até maio de 1756, data a partir da qual passaram a ser pagas a 100 réis cada. Com a inflação, o setor das missas sofreu mudança nos preços, assistindo-se a um aumento progressivo do seu preço, de acordo com a reclamação feita pelos sacerdotes que as celebravam. Para além do pagamento dos sacerdotes, os instituidores deixaram 80 réis para as hóstias e vinho⁸⁴.

Em 1789, a Misericórdia da cidade solicitou, na sequência de um libelo entre o escrivão da Santa Casa e juiz dos Resíduos, procedeu-se a uma redução das suas capelas de missas, onde se incluíam a do legado que referimos⁸⁵. A Misericórdia à semelhança de outras instituições assumia a incapacidade de celebrar tantas missas, acionando mecanismos para as diminuir.

Para além de se dizer missas pelas almas nesta capela, sendo instituídos alguns legados, a devoção a Santo António era exteriorizada em outros momentos. Quando ocorriam pestes ou febres malignas na cidade causando muitos mortos, como se verificou em 1770, os fiéis invocavam os santos do seu agrado para os proteger. Assim, em maio do referido ano fez-se na capela de Santo António do Campo dos Touros uma novena a São Sebastião e a São Roque, invocações alojadas no referido templo⁸⁶.

A devoção a Santo António levava a uma grande festa feita pela confraria. Em 1720, os confrades solicitaram a D. Rodrigo de Moura Teles em função “decência” apresentada para nos três dias em que decorria a novena a Santo António terem o Santíssimo Sacramento exposto, o qual poderia ficar depositado e recolhido no sacrário do altar-mor. Foram ainda agraciados com

⁸⁴ ADB, fundo da Misericórdia de Braga, *Livro das Missas de Santo António do Campo dos Touros 1736-1748*, nº 105, não paginado.

⁸⁵ ADB, Fundo da Misericórdia de Braga, *Livro dos dois legados de missas quotidianas de João de Novelli e sua mulher Ângela de Burgos na capela de santo António do campo de touros 1765-178*, nº 107, não paginado.

⁸⁶ ADB, Fundo eclesiástico, Livro nº 341, fls. 204-204v.

quarenta dias de indulgências para os fiéis que acessem à dita capela e participassem nas solenidades da festa do referido santo⁸⁷. O benefício concedido pelo arcebispo procurava incrementar este culto na cidade ao incentivar os crentes a irem à novena e à festa.

O pedido de indulgências constituía uma estratégia das confrarias, mas também de outras instituições para fortalecerem o culto que promoviam, aliciando os fiéis a ganharem perdões dos seus pecados. Ajudava também a aplacá-los o uso de mortalhas⁸⁸. À medida que a concorrência aumentou e que o fervor religioso também cresceu, os pedidos a Roma de indulgências, embora muito caras, cresceram também. As irmandades sabiam que precisavam dos fiéis em todos os sentidos: como irmãos, como devotos presentes nas suas cerimónias e ainda como benfeitores, quer enquanto legatários, quer como doadores de esmolas. Sem fiéis, estas instituições não existiam, por isso, era imperioso aliciá-los a marcarem presença e a contribuir para o culto, a salvação da sua alma e das dos seus irmãos. Como todas sabiam desta importância, todas os procuravam atrair.

⁸⁷ ADB, Registo Geral, Livro nº 152, fl. 381v.

⁸⁸ Leia-se para esta temática González Lopo, Domingo, *Los comportamentos religiosos en la Galicia del Barroco*, Santiago de Compostela, Xunta de Galicia, 2002, pp. 294-303.

Imagem 3 Indulgências concedidas à confraria do campo dos Touros



Fonte: Fotografia do autor.

Os confrades tinham todo o interesse em organizar uma cerimónia grandiosa, uma vez que ganhavam visibilidade pública e aumentariam as esmolas deixadas pelos fiéis. Várias instituições congêneres da cidade procediam a peditórios, mas desconhecemos se a de Santo António do Campo dos Touros os fazia, embora fosse bem provável que também a usasse, como quase todas procediam a esta forma de robustecer a sua base financeira. Sabemos, no entanto que dentro do templo existiam caixas onde os crentes podiam deixar as suas contribuições, o que assegura que pelo menos neste espaço, os fiéis eram incentivados a deixar as suas ofertas.

Estas formas de angariar receitas eram fundamentais para a celebração das missas, mas igualmente para as festas religiosas, pois as confrarias de pequena e até de média dimensão tinham nos peditórios, nos anuais e nas joias de entrada dos seus irmãos as suas principais fontes de rendimento. Sem capacidade para atrair legados, possuíam receitas mais pequenas e muito ligadas aos que os irmãos davam e pagavam. Já as maiores receberam

legados, que lhe facilitavam um maior dinamismo, sobretudo em termos celebrativos e festivos. Por esta via, recebiam bens móveis e imóveis, que arrendavam ou geriam diretamente⁸⁹.

Havia também, várias delas que usavam o crédito como um mecanismo de aumentar as suas finanças. Embora para isso tivessem de dispor de capitais.

Imagem 4 Caixa de esmolas da capela de santo António do Campo dos Touro



Fonte: Fotografia do autor.

⁸⁹ A do Espírito Santo de Paredes de Coura dispunha de propriedades que tinha aforadas. Leia-se Pereira, Vítor Paulo Gomes, *A Confraria do Divino Espírito Santo de Coura no Antigo Regime*, Braga, Universidade do Minho, dis. de Mestrado policopiada, 2008, pp. 105-106.

À semelhança de várias igrejas e capelas, a de Santo António possuía dentro de si mais do que uma confraria e posteriormente em 1912 recebeu mais duas: a de São Roque e a de Nossa Senhora das Necessidades. O templo estava dotado de um altar-mor com sacrário, e dois altares colaterais.

Para além dos legados referidos, a instituição em estudo recebeu outros, embora o seu arquivo não possibilite conhecer todos os que lhe deixaram. Sabemos, todavia, que em 1799 foi elaborada uma escritura no notário entre a confraria e o colégio dos órfãos de São Caetano, instituição fundada pelo arcebispo D. Frei Caetano Brandão (1790-1805), onde se estipulava que o referido colégio continuava a dar um almude de azeite, a pagar pelo Natal, ao mesmo tempo que o legado de missas era comutado para o colégio⁹⁰. Como se verificou com outros legados, este também sofreu grandes atrasos de pagamento. Em 1924 estavam em dívida dois anos, este e o anterior, e o montante a pagar à confraria era de 106.65 escudos⁹¹, mas daqui para a frente não se pagou mais. Em 1952 encontrava-se sem pagar desde 1926⁹². Como forma de pressionar o devedor, em 1953 ameaçava-se recorrer à Justiça, dando-se um prazo pouco mais de 20 dias para normalizar a dívida. Como este não foi pago, no ano seguinte, era a Câmara Eclesiástica que entrando em contacto por carta com a confraria que desejava ser informada sobre vários aspetos desta instituição, procurando dirimir o conflito⁹³. O atraso foi resolvido pontualmente, mas em 1967, a igreja do Pópulo, onde se encontrava a confraria, solicita ao colégio dos órfãos o pagamento que estava em atraso desde 1960, no valor de 2.638. 50 escudos⁹⁴.

Quando os legados não eram cumpridos, o que passou a ser muito corrente ainda na Idade Moderna⁹⁵, as confrarias da diocese de Braga estavam obrigadas a enviar os legados não cumpridos para o hospital de São Marcos da cidade. Foi D. Rodrigo de Moura Teles que em 1712 solicitou ao papa esta benesse tendo em conta o que já se passava em outras cidades do

⁹⁰ AIP, Fundo da confraria de Santo António, Doc. avulso, não paginado.

⁹¹ AIP, Fundo da confraria de Santo António, Doc. avulso, não paginado.

⁹² AIP, Fundo da confraria de Santo António, Doc. avulso, não paginado.

⁹³ AIP, Fundo da confraria de Santo António, Doc. avulso, não paginado.

⁹⁴ AIP, Fundo da confraria de Santo António, Doc. avulso, não paginado.

⁹⁵ Sobre este assunto consulte-se Abreu, Laurinda, *A difícil gestão do Purgatório: os Breves de redução de missas perpétuas do Arquivo da Nunciatura de Lisboa (séculos XVII-XIX)*”, in *Penélope*, 30-31, 2004, pp. 51-74. A propósito da situação das confrarias de Braga leia-se o trabalho de Ferraz, Tiago, “As confrarias de Braga e as dificuldades crescentes na celebração dos sufrágios perpétuos (século XVIII)”, in Araújo, Maria Marta Lobo de (coord.), *As confrarias de Braga na época barroca*, Vila Nova de Famalicão, Húmus, 2016, pp. 135-156.

reino e as necessidades do referido hospital. O breve papal chegou no ano seguinte, satisfazendo a pretensão da Misericórdia de Braga que geria o hospital⁹⁶.

A partir desta altura todas as instituições que tinham legados em incumprimento tinham de fazer chegar a São Marcos os montantes que lhe eram devidos. Assim, em 1914, a confraria de Santo António, Nossa Senhora das Necessidades e São Lourenço da Praça solicitou ao hospital que lhe enviasse a relação do pagamento da confraria de Santo António entre 1897 e 1906, não justificando a razão de tal pedido. A secretaria do referido hospital levantou dos seus registos os montantes referidos e as missas a que correspondiam e enviou, como lhe fora solicitado à referida confraria⁹⁷.

Sobre a atividade creditícia da confraria as informações que possuímos são também muito lacunares. A informação existente resume-se apenas a fontes dispersas, que provam, no entanto, o envolvimento desta instituição no mercado do crédito na primeira metade de novecentos⁹⁸. Como se prova através da documentação consultada, os empréstimos eram realizados mediante fiadores e hipotecas de terras ou prédios urbanos⁹⁹.

Em 1912, a receita da confraria era 82.330 escudos, a qual era despendida em missas estatutárias, em festividades dos padroeiros, em cera, em contribuições, em obras de conservação, em beneficência com os irmãos e em beneficência pública, ajustando-se a receita à despesa¹⁰⁰.

Com as mudanças ocorridas com a instauração do regime liberal, estas instituições passaram a ter de apresentar orçamentos, mas também a cumprir mais exigências feitas pelo Estado. Com a República essas exigências aumentaram, e em 1931 a confraria recebeu da Polícia de Segurança Pública de Braga uma intimação para apresentar no prazo de 60 dias o inventário de todos os seus bens¹⁰¹.

À semelhança de muitas outras, esta confraria dedicava-se ao empréstimo de dinheiro a juro, dentro do estabelecido nos seus estatutos. A importância desta atividade obriga a registo

⁹⁶ Araújo, Maria Marta Lobo de, “Os serviços de saúde e a assistência à doença”, in Capela, José Viriato; Araújo, Maria Marta Lobo de, *A Santa Casa da Misericórdia de Braga 1513-2013*, Braga, Santa Casa da Misericórdia de Braga, 2013, p. 360.

⁹⁷ AIP, Fundo da confraria de Santo António, Doc. avulso, não paginado.

⁹⁸ AIP, Fundo da confraria de Santo António, Doc. avulso, não paginado.

⁹⁹ O pedido de 3.500 escudos por parte de Ezequiel Gonçalves, em 1923, obrigou a apresentar dois fiadores e a dar como hipoteca casa, eido e um campo. AIP, Fundo da confraria de Santo António, Doc. avulso, não paginado.

¹⁰⁰ AIP, Fundo da confraria de Santo António, Doc. avulso, não paginado.

¹⁰¹ AIP, Fundo da confraria de Santo António, Doc. avulso, não paginado.

regular e a tomada de posição na Mesa. Em 1920 a instituição praticava um juro de 50% e disponibilizava dinheiro mesmo depois dos bancos terem surgido em Portugal. A confraria emprestava o capital mediante hipoteca, quase sempre terrenos que os devedores possuíam. Era também lavrada escritura no notário.

Por esta altura uma das preocupações maiores era o setor das missas. Em dezembro do citado ano, o juiz confessava o atraso nas celebrações dos irmãos e a falta de um breve para resolver um problema que a instituição não conseguia. Na altura os mesários incumbiram o cartorário de estudar este assunto¹⁰². Para agravar a situação o capelão no começo do ano de 1921 pediu a sua substituição, por se ausentar para Lisboa, o que obrigou a nova contratação para celebrar as missas dos domingos e dias santos, e ainda as dos irmãos. Mas esta não foi única baixa. Também o servo teve que ser substituído por razões não conhecidas¹⁰³.

Em Maio ainda não havia capelão, embora o processo estivesse já para despacho do arcebispo, mas a festa tinha que ser feita com elevação. Por isso, o padre António Carvalho prontificou-se a fazer a “trezena”, a convidar mais clero e a arranjar pregador¹⁰⁴. Embora esta festa não fosse identificada, sabemos que a instituição realizava três grandes festas: a de Santo António, a de Nossa Senhora das Necessidade e a de São Lourenço. Em 1922 a de Santo António foi “feita com todo o esplendor”, tendo-se mandado iluminar a fachada da capela com lâmpadas elétricas. Neste ano, o juiz para não agravar as finanças da instituição pagou do seu bolso o sermão¹⁰⁵. Em muitas congéneres, os mesários assumiam as despesas da festa do santo padroeiro, pagando cada um despesas sectoriais, ou dando um montante de dinheiro para elas.

Embora tivesse estatutos com poucos anos, em 1923, a Mesa concluiu que existiam muitas pessoas a querer ingressar, mas que não era possível abrir-lhes as portas, pois a joia de entrada era muito pequena, o que prejudicava a instituição, por estar obrigada a assistir os irmãos na hora da morte em termos de acompanhamento e de celebração de sufrágios. Resolveram, por isso convocar uma assembleia geral para alguns artigos dos estatutos serem reformulados, o que veio a acontecer pouco tempo depois. Nessa reunião, os irmãos decidiram

¹⁰² AIP, Fundo da confraria de Santo António, *Este livro está selado de conformidade com a lei, tem de servir na confraria de Santo António da Praça, Municipal e suas uniões Senhora das Necessidades e São Lourenço para as actas da eleição e deliberações da mesa*, fl. 1v.

¹⁰³ AIP, Fundo da confraria de Santo António, *Este livro está selado de conformidade com a lei...*, fls. 2v-3.

¹⁰⁴ AIP, Fundo da confraria de Santo António, *Este livro está selado de conformidade com a lei...*, fl. 3.

¹⁰⁵ AIP, Fundo da confraria de Santo António, *Este livro está selado de conformidade com a lei...*, fl. 5.

alterar o preço da joia de entrada e solicitar ao arcebispo a redução do número de missas pelos irmãos, mas também as de alguns legados que tinham. As missas dos irmãos de São António passaram para 7 e as dos irmãos de São Lourenço para 3¹⁰⁶. Este processo estava em marcha há séculos, provando a incapacidade destas instituições em manter as obrigações que tinham recebido e mesmo o que tinham determinado em certo momento, como se verifica com as missas dos irmãos¹⁰⁷.

Durante a década de 20, as atas da instituição não fornecem muita informação. As preocupações centram-se na tomada de contas, na elaboração dos orçamentos, nas eleições e na resolução de pequenos problemas. Esta ordem de trabalhos confere alguma monotonia às atas, deixando passar uma mensagem de esvaziamento de funções.

Sublinha-se também a pouca frequência dos mesários às sessões, pois quase nunca estão todos presentes, mas apenas a maioria. Esta falta de dedicação aos assuntos confraternais numa altura de agitação política e de diminuição do fervor religioso está também patente na Assembleia de Geral, pois em maio de 1926 foi convocada pela segunda vez, por na primeira não ter reunido quórum¹⁰⁸. O mesmo aconteceu em 1930, 1935, 1936, 1938, 1940, 1944, 1946 quando se tentava proceder à eleição da Mesa. Os tempos eram difíceis em todos os sentidos. O Estado Novo e a sua asfixia, a situação económica a refletir-se nos saldos existentes: em 1938 a instituição tinha 12.070 escudos de saldo, o que a colocava sem capacidade para proceder a qualquer compra e demonstrando a sua débil situação financeira¹⁰⁹. Os irmãos iam entrando, mas a ritmo muito lento. Por isso, quando em dezembro de 1939 se constatou a necessidade de fazer novos bancos para a capela, os mesários acordaram que o tesoureiro se informasse do preço e que os mandasse fazer em consonância com as possibilidades financeiras da instituição. E talvez, para os pagar, tenham diminuído o preço da renda da loja do prédio que tinham perto da capela para 50 escudos mensais, com a condição destes serem pagos antecipadamente¹¹⁰.

¹⁰⁶ AIP, Fundo da confraria de Santo António, *Este livro está selado de conformidade com a lei...*, fls. 5-5v.

¹⁰⁷ Para a Idade Moderna veja-se o trabalho de Abreu, Laurinda, “Uma outra visão do Purgatório: uma primeira abordagem aos breves de perdão e de redução”, in *Revista portuguesa de História*, tomo XXXIII, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1999, pp. 713-736.

¹⁰⁸ AIP, Fundo da confraria de Santo António, *Este livro está selado de conformidade com a lei...*, fl. 7v.

¹⁰⁹ O que eta também verificado em muitas outras. Leia-se Penteadó, Pedro, “Confrarias”, in Azevedo, Carlos Moreira (dir.), *Dicionário de História Religiosa de Portugal...*, p. 469.

¹¹⁰ AIP, Fundo da confraria de Santo António, *Este livro está selado de conformidade com a lei...*, fl. 14.

Imagem 5 Imagem do padroeiro e pormenor do altar-mor



Fonte: Fotografia do autor.

Na capela, para além da confraria de Santo António existia também a confraria de Santo Elói, a qual tem novos estatutos aprovados em 1772, pelo arcebispo D. Gaspar de Bragança¹¹¹.

Infelizmente, muitas destas confrarias não estão estudadas, deixando no escuro muita da sua história. Por isso, desconhecemos em que circunstâncias se abeiraram da instituição em estudo e o que lhes propuseram. Todavia, sabemos que pelo menos a de Santo Elói possui documentação, que carece de ser analisada.

Em conformidade com as várias funções eclesiásticas na capela, em 1786 o clérigo *in minoribus*, João Xavier Sousa Torre, morador na rua Nova da cidade de Braga, foi associado à capela por provisão do arcebispo, com a obrigação de ser muito diligente no serviço, ajudando às missas que nelas fossem celebradas, devendo tê-la sempre muito limpa e asseada, e responder a todas as solicitações que lhe fossem feitas. Para tais realizações, deveria apresentar-se com vestes clericais. Gozava dos privilégios e isenções inerentes a estas funções¹¹². Este clérigo exercia o cargo de sacristão, como se verificava em outras igrejas e capelas.

As informações que possuímos sobre o edifício não são muitas, mas sabemos que em 1908 a Câmara Municipal autorizou a confraria de Santo António a efetuar obras de remodelação, fazendo-o de acordo com o projeto previamente aprovado, mas sob condições: não poder dar início à obra sem previamente lhe ser marcado o nivelamento da cota de nível; a Mesa ser obrigada a colocar em depósito 10 mil réis como garantia da ocupação do terreno municipal para colocação de materiais¹¹³.

¹¹¹ ADB, Registo Geral, Livro 152 fls. 59-59v.

¹¹² ADB, Registo Geral, Livro nº 228, fls. 227v.-228.

¹¹³ AIP, Fundo da confraria de Santo António, Doc. avulso, não paginado.

5.1. Os estatutos de 1914

A natureza da confraria

A confraria de Santo António conheceu vários estatutos por nós encontrados. Temos conhecimento da reforma de uns em 1816, referentes aos de 1734. Para nossa análise estudamos os estatutos da confraria de Santo António, Nossa Senhora das Necessidades e S. Lourenço de Braga de 1912, surgidos na sequência da lei da Separação do Estado das Igrejas, de 20 de abril de 1911, de acordo com o Código Administrativo em vigor. Foram posteriormente aprovados em 1914 pelo Governador Civil de Braga, Amaro José de Oliveira, e pelo Deão da Sé, D. António José da Silva Correia Camões. Estes estatutos vieram substituir os anteriores de 1816. Para além destes, a confraria mudou ainda de regras em 1954, as quais também serão verificadas, ainda que parcialmente, uma vez que extravasam o nosso período de estudo. Todavia, serão observados apenas no que se refere às alterações após a demolição da capela.

Relativamente aos estatutos de 1912, não se pode deixar de fazer referência ao tempo passado entre a elaboração dos estatutos e a aprovação pelos órgãos competentes. O documento só foi aprovado dois anos depois, fazendo supor que após a sua redação não foram enviados de imediato para aprovação, embora desconheçamos as razões que suportam esta nossa hipótese.

A confraria de Santo António foi fundada em data por nós desconhecida, como já referimos, sendo-lhe posteriormente anexadas mais duas. Sabemos que a instituição dos devotos de Santo António vinha já desde a Idade Moderna e que por isso teve com certeza outros estatutos. Contrariamente ao verificado em outras irmandades, a de Santo António só reformou os seus estatutos em 1954, depois da demolição da capela. Possuir estatutos era fundamental, pois constituíam as traves mestras, as linhas orientadoras para uma boa gestão. Sempre que preciso era necessário adaptá-los às novas circunstâncias quer fossem internas, quer externas. Quando já não se encontravam adaptados às exigências da instituição eram normalmente reformados, como aconteceu com muitas da cidade de Braga ao longo dos séculos XVII, XVIII e XIX.

No momento da elaboração dos estatutos em análise, a confraria tinha como juiz José Fernandes Valença, era seu escrivão Domingos José de Sousa Gomes, o vedor era António José

Gonçalves Vieira, o tesoureiro José Afonso Gouveia, o procurador era Joaquim José da Silva Lopes e os mordomos Celestino Fernandes da Silva e Francisco José da Silva, ou seja, a Mesa era constituída por sete homens. Os confrades eram 32 homens no momento da aprovação do documento, não sendo registada nenhuma mulher, embora estejamos convencidos que existiriam, uma vez que os estatutos possibilitavam essa abertura. Ignoramos se estes constituíam todos os membros masculinos da instituição, mas ao analisarmos atentamente convencemo-nos de que havia sempre quem faltasse a estas reuniões. Sabemos que também incluía mulheres, mas com a República estas associações viram a sua procura diminuir¹¹⁴.

O documento divide-se em 10 capítulos e procura definir o funcionamento da instituição. O primeiro trata “da Confraria e seus fins”, definindo-a como sendo “uma instituição de piedade e beneficência ou assistência como preceitua o Decreto-Lei de 20 de Abril de 1911”¹¹⁵ e no qual se promulga a Separação do Estado das Igrejas, como já anteriormente referimos.

A confraria tinha várias atribuições: cuidar da sua capela, promover “quanto possível o culto, a veneração dos seus Padroeiros”, satisfazer os legados pios e sufragar as almas dos confrades e benfeitores, segundo o determinado nestes estatutos. Devia, enquanto corporação de beneficência socorrer os seus confrades pobres, doentes ou inválidos e quando lhe fosse possível auxiliar também os das freguesias de S. João do Souto, da cidade de Braga e de S. Martinho de Dume, paróquia próxima, que estivessem em igualdade de circunstâncias.

Com a implantação do Liberalismo, as confrarias conheceram alterações significativas. O Código Administrativo de 1842 configurava a sua fiscalização ao administrador do concelho, tarefa que já cumpria desde 1832. Os seus estatutos passavam também a ser obrigatoriamente aprovados pelos Governador Civil, sendo consideradas ilegais as que não os submetessem à aprovação governamental e ao representante da diocese. Procurava-se controlá-las e evitar fraudes, mas sob este pretexto eram submetidas à autoridade estatal. Ao mesmo tempo caíam sobre elas, principalmente sobre a maioria que não as desenvolvia, novas funções não somente de atos de beneficência, mas também de subsídios ao ensino primário¹¹⁶.

¹¹⁴ Para este assunto consulte-se Santos, Luís Aguiar, “A transformação do campo religioso português”, in Azevedo, Carlos Moreira, (dir.), *História Religiosa de Portugal*, vol. 3, Lisboa, Círculo de Leitores, 2000, p. 433.

¹¹⁵ AIP, Fundo da confraria de Santo António, *Estatutos da confraria de Santo António, Nossa Senhora das Necessidades e S. Lourenço*, fl. 1.

¹¹⁶ Leia-se Penteadó, Pedro, “Confrarias”, in Azevedo, Carlos Moreira (dir.), *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2000, p. 466; Lopes, Maria Antónia, “Os pobres e a

Ao controlar os seus estatutos, o Estado Liberal exercia igualmente poder sobre estas instituições, o que desagradava à Igreja, que protestava, mas sem sucessos. Algumas confrarias viram as suas Mesas serem dissolvidas e substituídas por Comissões Administrativas, acusadas de atos fraudulentos e gestão danosa. Era o Estado mais ativo, mais secular e mais diretivo, a controlar estas instituições e a direcionar os seus fundos para ações consideradas de maior utilidade para a sociedade¹¹⁷.

Desde a segunda metade do século XIX que alguns políticos apostavam no “descrédito da Igreja enquanto Instituição”¹¹⁸.

Com o surgimento da República as repercussões na religião não se fizeram esperar e consequentemente no mundo confraternal. Desde a segunda metade do século XIX que as confrarias estava sob a mira de duras críticas, vindas de todos os setores, mas muito particularmente do republicano, que reclamava delas maior utilidade social e menos investimento no culto. Porém, já no século XVIII, os fisiocratas as atacaram, responsabilizando-as pelo atraso na agricultura e por falta de rendimento deste setor, uma vez que as suas festas retiravam dias de trabalho aos que se dedicavam à lavoura¹¹⁹.

Assim, foi em crescendo uma ação secular que criticava e iria alterar o papel das confrarias. Na referida lei de 20 de Abril de 1911, as confrarias só estavam autorizadas a usar 1/3 das suas rendas para o culto, sendo 2/3 destinados a ações de beneficência, o que desagradou profundamente a estas instituições¹²⁰.

A confraria em estudo assumia-se, pois, como uma instituição de beneficência, que devia socorrer os confrades pobres, doentes e incapazes de promoverem a sua subsistência, devendo, sendo possível, promover o culto e cumprir os legados pios.

A República pôs em prática uma política laicizante em todas as instituições e no caso da igreja católica não apenas perseguiu vários dos seus membros, como expulsou as ordens

assistência pública”, in Mattoso, José (dir.), *História de Portugal*, quinto volume, Lisboa, Círculo de Leitores, 1993, pp. 501-515.

¹¹⁷ Penteadó, Pedro, “Confrarias”, in Azevedo, Carlos Moreira (dir.), *Dicionário de História Religiosa de Portugal...*, p. 468.

¹¹⁸ Leia-se Ferreira, António Matos, “A constitucionalização da religião”, in Azevedo, Carlos Moreira, (dir.), *História Religiosa de Portugal*, vol. 3..., p. 52.

¹¹⁹ Bezerra, Manuel Gomes de Lima, *Os estrangeiros no Lima*, vol. II, Viana do Castelo, Governo Civil de Viana do Castelo; Câmara Municipal de Viana do Castelo; Instituto Politécnico de Viana do Castelo; Centro de Estudos Regionais de Viana do Castelo e Instituto de Cultura Portuguesa da faculdade de Letras do Porto, 1992, pp. 9-16.

¹²⁰ Carvalho, David Augusto Figueiredo Lima de, “As confrarias durante a I República em Portugal 1911-1924”, in *Em nome do Espírito santo. História de um culto*, Lisboa, INTT, 2004, pp. 120-121.

religiosas, o que despertou naturalmente uma onda de indignação e protesto¹²¹, pois entendia que a religião era a causadora de todos os males e erros existentes na nossa sociedade¹²². Este sentimento de protesto não foi uniforme na sociedade portuguesa, sentindo-se mais fortemente nos meios rurais¹²³.

Os irmãos

A instituição estava aberta a ambos os sexos, e não tinha número limite de irmãos, como acontecia com as Misericórdias durante a Idade Moderna, mas também em confrarias religiosas¹²⁴. Todos os candidatos deviam ser católicos e possuir um bom comportamento moral, devendo as mulheres casadas apresentar comprovativo da autorização dos respetivos cônjuges para ingressar.

Nas propostas de candidatura era necessário fornecer alguns elementos importantes: nome, estado civil, profissão, residência e naturalidade. A admissão era realizada em ato de Mesa ou da Assembleia Geral e exigia posteriormente o pagamento de uma cota, ato que precedia a inscrição do nome no livro dos irmãos.

Para além deste livro estavam previstos outros: um para as atas da Assembleia Geral e da Mesa, um para inventário, um para os capitais mutuados, um para as certidões das missas celebradas e outro para a receita e despesa¹²⁵.

A joias de ingresso variavam de acordo com a idade, como se verificava noutras congéneres.

¹²¹ Fontes, Paulo F. de Oliveira, “O catolicismo português no século XX: da separação à democracia”, in Azevedo, Carlos Moreira, (Dir.), *História Religiosa de Portugal*, vol. 3..., pp. 136-145.

¹²² Veja-se Catroga, Fernando, *Entre Deus e César. Secularização, laicidade e religião civil*, Coimbra, Almedina, 2006, pp. 364-365.

¹²³ Moura, Maria Lúcia de Brito, *A Guerra religiosa na primeira República*, Lisboa, Editorial Notícias, 2004.

¹²⁴ Leia-se Araújo, Maria Marta Lobo de, “Devoção e assistência: um olhar sobre os estatutos de 1680 da confraria de São”, in Araújo, Maria Marta Lobo de (coord.), *As confrarias de Braga na época barroca*, Vila Nova de Famalicão, Húmus, 2016, pp. 43-63.

¹²⁵ AIP, Fundo da confraria de Santo António, *Estatutos da confraria de Santo António, Nossa Senhora das Necessidades e S. Lourenço*, p. 14.

Quadro 1 Pagamento da joia de entrada

Idade	Montante (em réis)
Até 50 anos	3.000
Mais de 50 anos	100 Por cada ano mais

Fonte: AIP, Fundo da confraria de Santo António, *Estatutos da confraria de Santo António, Nossa Senhora das Necessidades e S. Lourenço*, p. 2.

Com esta política, a instituição incentivava os jovens a inscreverem-se mais cedo, podendo recorrer a eles para a ocupação de cargos, mas também para o desempenho de algumas tarefas.

Seguindo uma política ocorrida no século XIX, a confraria podia conceder o diploma de confrade a benfeitores, gratificando desta forma serviços ou donativos consideráveis¹²⁶.

Os confrades deviam servir a confraria quando eleitos e assistir às cerimónias sempre que para o efeito fossem convidados. Todos gozavam das indulgências da instituição e dos sufrágios que fossem ordenados pelos defuntos¹²⁷.

Para cada confrade falecido eram mandadas celebrar 10 missas e a instituição assistia ao funeral se este se realizasse nas igrejas da cidade, ou na capela do cemitério público. O volume de sufrágios mandados celebrar sempre foi diferente entre as confrarias, embora todas procurassem ao longo de setecentos concorrer entre si a aumentar o número de missas¹²⁸. Porém, esse volume decresceu durante oitocentos e foi ainda mais reduzido durante novecentos.

A Assembleia Geral era composta apenas por homens, e também só eles podiam votar e serem eleitos para os cargos, assim como assistir às festividades da confraria ou a outras, desde que fossem convidados. Sempre que perfizessem o número de 10 podiam requerer uma Assembleia Geral extraordinária. As mulheres não possuíam nenhum destes direitos.

Todos podiam ser expulsos depois de admoestados duas vezes e se não se emendassem, se abjurassem a religião católica, se praticassem dolo ou fraude, se fossem considerados indignos e se faltassem. Em situação de expulsão perdiam todos os direitos,

¹²⁶ A propósito do surgimento da categoria de irmãos benfeitores consulte-se Lopes, Maria Antónia; Paiva, José Pedro “Introdução”, in Paiva, José Pedro (coord. científico), *Portugalia Monumenta Misericordiarum*, vol. 8, Lisboa, União das Misericórdias Portuguesas; Centro de Estudos de História Religiosa, 2010, p. 18.

¹²⁷ AIP, Fundo da confraria de Santo António, *Estatutos da confraria de Santo António, Nossa Senhora das Necessidades e S. Lourenço*, p. 2.

¹²⁸ Ferraz, Norberto Tiago Gonçalves, *A morte e a salvação da alma na Braga setecentista*, Braga, Universidade do Minho, 2014, tese de doutoramento policopiada.

menos os sufrágios por alma, em casos especiais. Depois da expulsão, não podiam reivindicar indemnizações à instituição¹²⁹.

O processo eleitoral

A confraria era gerida por uma Mesa e pela Assembleia Geral. Esta assembleia reunia os confrades do sexo masculino de maior de idade, admitidos há mais de seis meses à data da convocatória, e as suas sessões decorriam na capela, embora se admitisse que podiam ser realizadas em outro local, no caso de impedimento. Eram presididas pelo juiz. Este órgão reunia de dois em dois anos, no primeiro domingo de maio, ou na sua impossibilidade, no domingo seguinte, altura em que se elegia a Mesa. Podia, no entanto, realizar-se sessões extraordinárias, sendo a convocatória afixada na porta da capela, com a antecedência devida. Previa-se um tempo de oito dias. Os confrades eram avisados pessoalmente pelo guarda da instituição. Competia à Assembleia eleger a Mesa, deliberar sobre a reforma dos estatutos, a expulsão dos irmãos, a aquisição ou alienação de património, a contração de empréstimos e a aplicação de legados, quando os benfeitores não o determinassem. Todos os assuntos que fossem deliberados e não constassem da convocatória eram considerados nulos¹³⁰.

Este órgão gozava de grandes poderes e por ele passavam os assuntos mais importantes da instituição.

Para se proceder a eleições, era eleita uma Mesa eleitoral, composta pelo juiz, e secretário ou seus substitutos e por mais três vogais, aprovados pela maioria dos confrades presentes. Os eleitores eram sexo masculino e só eles, como já referimos, podiam ser elegíveis, desde que fossem maiores de idade, soubessem ler e escrever e reunissem as condições estatutárias definidas para o efeito. Não eram elegíveis os que tivessem integrado uma Mesa dissolvida pelo Governador Civil, todavia, só na primeira eleição após a destituição; os que fossem credores da instituição, tal como os seus parentes até ao segundo grau, assim como os fiadores; os funcionários da confraria e os que pleiteassem na Justiça com a instituição¹³¹.

¹²⁹ AIP, Fundo da confraria de Santo António, *Estatutos da confraria de Santo António, Nossa Senhora das Necessidades e S. Lourenço*, p. 3.

¹³⁰ AIP, Fundo da confraria de Santo António, *Estatutos da confraria de Santo António, Nossa Senhora das Necessidades e S. Lourenço*, p. 4.

¹³¹ AIP, Fundo da confraria de Santo António, *Estatutos da confraria de Santo António, Nossa Senhora das Necessidades e S. Lourenço*, p. 5.

O cartorário, o vedor e o tesoureiro eram escolhidos entre o secretário e os mordomos dos últimos anos, gerando teias e impedindo a renovação dos corpos gestores, pois a escolha destes três cargos recaíam em homens de anteriores Mesas. Apesar dos novos ventos de mudança, permaneciam práticas enraizadas do Antigo Regime que não facilitavam a abertura do poder aos que a compunham. E já não falamos do caso das mulheres!

O juiz era o único mesário que podia ser reeleito para o mesmo cargo que exercia, mas podia também transitar para outro, no máximo de quatro anos consecutivos, ou seja, dois mandatos.

Estes princípios não vigoravam em todas as confrarias. Na de Nossa Senhora de Porto de Ave, os seus estatutos de 1915 previam que os homens não podiam servir na Mesa mais do que três anos consecutivos. Pais e filhos estavam também impedidos de integrarem a mesma Mesa, bem como familiares do mesmo grau¹³².

A escolha dos mesários na irmandade de Santo António era realizada através de uma lista com nomes, onde constava também a designação do cargo a exercer. Para além dos sete elementos efetivos, devia incluir igualmente outros tantos como substitutos, embora fossem aceites listas onde não se referissem os cargos e que não constassem os sete nomes, pois em caso de sobragem, seriam excluídos os últimos¹³³.

Os seus estatutos previam todo o seu processo eleitoral, dando a conhecer os pormenores para os eleitos parentes, assim como quando surgia um empate de votos. Determinavam a existência de um livro próprio para registo das atas, e na sua falta estas seriam escritas em papel selado, sendo remetida uma cópia ao juiz da confraria e outra ao administrador do concelho. O original era entregue à Mesa. Havia, portanto, a preocupação de informar o juiz e o administrador concelhio para dele seguir para o Governador Civil¹³⁴.

¹³² Araújo, Maria Marta Lobo de, *A confraria de Nossa Senhora do Porto de Ave. Um itinerário de religiosidade popular do Baixo Minho*, Braga, Confraria de Nossa Senhora do Porto de Ave, 2006, p. 70.

¹³³ AIP, Fundo da confraria de Santo António, *Estatutos da confraria de Santo António, Nossa Senhora das Necessidades e S. Lourenço*, p. 5.

¹³⁴ AIP, Fundo da confraria de Santo António, *Estatutos da confraria de Santo António, Nossa Senhora das Necessidades e S. Lourenço*, p. 6.

O funcionamento interno

A Mesa era composta por sete elementos: juiz, cartorário, secretário, vedor, tesoureiro e dois mordomos. Tomava posse no primeiro domingo de julho e na eventualidade deste calendário não ser cumprido, no domingo seguinte à eleição. Admitia-se a possibilidade de serem eleitos homens que não fossem confrades, porém só tomariam posse depois de pagarem a respetiva joia. A tomada de posse dos novos gestores seguia o modelo de séculos anteriores, servindo a ocasião para o cartorário, receber as alfaias, os títulos e o dinheiro, isto é, tratava-se da passagem de testemunho, que implicava este ritual. O tesoureiro cessante tinha 20 dias para apresentar contas ao novo órgão dirigente. A Mesa assumia a responsabilidade de gerir a instituição e devia reunir no primeiro domingo de agosto para apresentar contas do ano anterior. Tinha também calendarizada outra sessão para o primeiro domingo de abril, onde se discutiria o orçamento do ano seguinte. Para além destas duas sessões, outras podiam ser convocadas extraordinariamente pelo juiz ou ainda por dois vogais.

Das sessões da Mesa eram também lavradas atas em livro próprio. Embora se procurasse unanimidade nas decisões, os discordantes podiam assinar vencidos, prevendo-se que fizessem uma declaração de voto para a mesma ata. As decisões podiam ser tomadas por uma maioria de cinco votos¹³⁵.

À Mesa competia gerir a instituição, admitir novos membros, discutir e aprovar o orçamento, imposição dos governos liberais, aceitar heranças ou legados, promover a desamortização de imobiliário que lhe fosse oferecido e não fosse preciso, cuidar dos capitais mutuados, devendo recorrer à Justiça em caso de necessidade para fazer valer os seus interesses, autorizar a utilização do altar da confraria para devoções particulares, adquirir os bens necessários ao funcionamento institucional, representar a confraria em atos públicos, superintender os funcionários existentes e cuidar de todos os seus interesses

Estava vedado o empréstimo de objetos da instituição com exceção das confrarias concelhias a quem se devia retribuir igual procedimento, mas sempre sob a autorização da Mesa. A infração era punida com 2.000 réis de multa e o dobro em caso de reincidência. Se o

¹³⁵ AIP, Fundo da confraria de Santo António, *Estatutos da confraria de Santo António, Nossa Senhora das Necessidades e S. Lourenço*, p. 7.

ato fosse praticado pelo guarda, este corria risco de despedimento, por falta de acatamento de ordens superiores¹³⁶.

O empréstimo de alfaías e outros objetos de culto era muito frequente entre confrarias, pelo que umas recorriam às outras, por não os poderem adquirir¹³⁷.

Os estatutos determinavam com precisão as tarefas de cada membro da Mesa, cabendo ao juiz convocar as sessões da Assembleia Geral e da Mesa e presidi-las, nomear e rubricar os livros da instituição, representá-la em atos públicos, conceder licença aos empregados até oito dias por ano, apresentar o orçamento ordinário e em caso de necessidade os suplementares, executar e fazer executar as decisões da Assembleia Geral, assinar todos os documentos de pagamento, diplomas e outro expediente¹³⁸.

O secretário escrevia e lia as atas nas respetivas sessões, inscrevia os novos confrades no livro respetivo e assinava os diplomas. Auxiliava ainda o juiz na elaboração dos citados orçamentos, mandava celebrar as missas a que a instituição estava vinculada e substituí-a o juiz se houvesse impedimento por parte deste.

Competia ao vedor emitir parecer sobre o empréstimo de dinheiro a juro, colhendo as informações necessárias e articulando-se com o advogado da confraria, promover os contratos de empréstimo, acompanhar as hipotecas e os processos pendentes em juízo. Como se constata, apesar da existência de bancos, as confrarias continuaram a usar o crédito como uma forma de valorizar os seus capitais, rodeando-se de cuidados para não saírem defraudadas. Mas o vedor tinha ainda de transportar a cruz nas procissões e acompanhamentos fúnebres, e devia substituir o secretário quando não estivesse presente o cartorário¹³⁹.

Desconhecemos todos os pedidos de dinheiro a juros à instituição, mas é sabido que em finais do século XIX era baixo o investimento privado¹⁴⁰.

O tesoureiro era o irmão encarregue de cobrar toda a receita e de depositar na Caixa Económica os capitais disponíveis, efetuar todos os pagamentos assinados pelo juiz e subscritos

¹³⁶ AIP, Fundo da confraria de Santo António, *Estatutos da confraria de Santo António, Nossa Senhora das Necessidades e S. Lourenço*, p. 8.

¹³⁷ Para este assunto leia-se Barbosa, António Dantas, *Tempos de festa em Ponte de Lima. Séculos XVII-XIX*, Ponte de Lima, Câmara Municipal de Ponte de Lima, 2017.

¹³⁸ AIP, Fundo da confraria de Santo António, *Estatutos da confraria de Santo António, Nossa Senhora das Necessidades e S. Lourenço*, p. 9.

¹³⁹ AIP, Fundo da confraria de Santo António, *Estatutos da confraria de Santo António, Nossa Senhora das Necessidades e S. Lourenço*, pp. 9-10.

¹⁴⁰ Mata, Maria Eugénia, “O capital”, in Lains, Pedro; Silva, Álvaro Ferreira da (orgs.), *História Económica de Portugal*, Lisboa, ICS, 2005, p. 187.

pelo secretário, desde que não ultrapassassem as verbas do orçamento e prestava contas pelo seu desempenho¹⁴¹.

Competia aos mordomos atuarem semestralmente e durante esse tempo deviam cuidar da limpeza da capela e do altar, assim como embelezá-lo para as festas; cuidar dos paramentos, alfaias religiosas e roupas sacerdotais, providenciar a cera e o azeite, supervisionar a atuação do guarda e substituir o vedor sempre que necessário. Estavam obrigados a coadjuvarem-se reciprocamente, a assistir às missas nos dias santos com as suas opas e acompanhar a cruz a todas as cerimónias em que a confraria estivesse presente¹⁴².

Todos os lugares da Mesa eram desempenhados gratuitamente.

O património da instituição era constituído pelos capitais mutuados, pelas joias dos irmãos, heranças, doações, legados e donativos. No caso dos legados determinava-se a existência de uma contabilidade própria, se fosse essa a vontade do benfeitor. Sente-se uma grande preocupação em cumprir a lei, existindo várias chamadas de atenção para o articulado legislativo, como acontece, por exemplo, com os capitais da instituição, os quais não podiam ser alienados, mas podiam ser mutuados, usados para amortizações e em despesas correntes, caso a Assembleia Geral o entendesse e o Governo autorizasse.

O dinheiro a juro podia ser dado mediante hipoteca, devendo esta valer pelo menos o dobro do montante solicitado, o que garantia o empréstimo em caso de incumprimento¹⁴³. Os prédios urbanos tinham de estar cobertos por seguro contra incêndios, sendo nessas condições aceites como hipotecas. Esclareciam-se também os imóveis que não eram aceites para os devidos fins. O contrato tinha de ser realizado em conservatória notarial.

A confraria não podia recusar heranças ou legados, mas os seus encargos estavam impedidos de exceder o valor deixado pelo benfeitor, pois a instituição devia articular receitas com despesas, nunca excedendo as primeiras. Esta gastava em salários: capelão, e guarda, nas missas, nas alfaias religiosas, em cera e em azeite, em obras de conservação da capela e em obras de caridade e litígios, quando necessário¹⁴⁴.

¹⁴¹ AIP, Fundo da confraria de Santo António, *Estatutos da confraria de Santo António, Nossa Senhora das Necessidades e S. Lourenço*, p. 10.

¹⁴² AIP, Fundo da confraria de Santo António, *Estatutos da confraria de Santo António, Nossa Senhora das Necessidades e S. Lourenço*, p. 11.

¹⁴³ AIP, Fundo da confraria de Santo António, *Estatutos da confraria de Santo António, Nossa Senhora das Necessidades e S. Lourenço*, p. 12.

¹⁴⁴ AIP, Fundo da confraria de Santo António, *Estatutos da confraria de Santo António, Nossa Senhora das Necessidades e S. Lourenço*, p. 13.

A atividade cultural

A confraria realizava as festas de S. Lourenço, de Nossa Senhora das Necessidades e a de Santo António, sendo celebradas com missa cantada, exposição do Santíssimo Sacramento e sermão¹⁴⁵. A sua atividade religiosa contava ainda com 50 missas rezadas com responso, podendo ser celebradas em qualquer altar, capela ou igreja da diocese, pelas intenções dos instituidores, dos legados, cumprindo a sentença do Arcebispado de seis de setembro de 1909. Eram mais 22 missas anuais rezadas pelos confrades e benfeitores de S. Lourenço e de Nossa Senhora das Necessidades, dando cumprimento ao acordo de união; 70 missas pelos confrades e benfeitores vivos e defuntos aos domingos e dias santos, no Natal e em dia de Fiéis-Defuntos e ainda nos dias de S. Roque e de Nossa Senhora da Piedade; 30 missas celebradas com responso após o dia dois de Novembro de cada ano, pelos benfeitores falecidos e 10 missas com responso por cada confrade que morresse. As celebrações das festividades sufragavam também as almas dos confrades e benfeitores vivos e mortos. Advertia-se para o facto de a instituição não poder despender nesta matéria mais do que o permitido por lei.

Referia-se ainda como disposições transitórias o seguinte: os confrades que tivessem sido admitidos até trinta do mês de junho de 1890 tinham direito a 80 missas e os que ingressaram posteriormente apenas 60 cada um. Relativamente aos irmãos de São Lourenço só teriam direito a 10 missas cada, mas podiam elevar este número para 20 se pagassem a joia já referida¹⁴⁶.

Os estatutos de 1954 não serão analisados nesta dissertação, por saírem do nosso arco cronológico, porém deparamo-nos um pouco neles para sublinhar algumas alterações. Começam desde logo por enunciar os fins da confraria: praticar os atos do culto Católico, Apostólico Romano, sufragar as almas dos confrades, satisfazer os encargos pios, festejar os santos padroeiros e exercer funções assistenciais¹⁴⁷.

No que se refere aos irmãos, acentua-se o carácter moralista excluindo os não católicos, os filiados em associações não católicas, os excomungados, suspensos ou interditos, os que viverem com pecados públicos, os que viveram amancebados, os que desdenham dos dogmas

¹⁴⁵ Acerca das realizações festivas destas instituições confira-se Barbosa, António Dantas, *Tempos de festa em Ponte de Lima. Séculos XVII-XIX*. .vol. II, pp. 13-170.

¹⁴⁶ AIP, Fundo da confraria de Santo António, *Estatutos da confraria de Santo António, Nossa Senhora das Necessidades e S. Lourenço*, p. 15.

¹⁴⁷ AIP, Fundo da confraria de Santo António, *Livro dos Estatutos de 1954*, fls.1-1v.

da Igreja, os que não tiverem bom comportamento religioso, os sacerdotes, que não sendo doentes, não exerçam as Ordens.

Neste período, a Igreja Católica possuía o domínio da vida privada dos fiéis, mantendo uma relação próxima entre a paróquia, a família e os seus membros e a escola. A educação que começava com os pais continuava na igreja, onde os valores morais se acentuavam, e na escola, que os aprimorava e alargava. Esses valores condenavam relações consideradas ilegítimas e ditavam o afastamento das instituições católicas fortemente conservadoras¹⁴⁸.

A candidatura à instituição exigia um documento comprovativo do respetivo pároco da freguesia do candidato¹⁴⁹. O crivo era muito mais apertado para deixar entrar apenas um grupo considerado de bons católicos.

Como se referiu, não era intenção nossa estudar estes estatutos, mas simplesmente conhecer a mudança e ela surge bem patente no que acabamos de verificar relativamente aos irmãos. A instituição fecha-se, como todas as congéneres, em período de Estado Novo, passando a ser muito mais restritiva e menos tolerante.

Os estatutos consagram ainda a administração da associação de Nossa Senhora da Piedade para libertação das Almas do Purgatório, agregada à confraria de Nossa Senhora de Monterone, de Roma¹⁵⁰. Esta associação foi aprovada pelo arcebispo em 1930 e funcionava na capela de Santo António da Praça.

¹⁴⁸ Consulte-se Monteiro, Teresa Líbano, “Fés, credos e religiões, in Mattoso, José (dir.), *História da vida privada em Portugal. Os nossos dias*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2010, p. 279.

¹⁴⁹ AIP, Fundo da confraria de Santo António, *Livro dos Estatutos de 1954*, fls. 1v.-2.

¹⁵⁰ AIP, Fundo da confraria de Santo António, *Livro dos Estatutos de 1954*, fl. 9v.

Capítulo II

1. A capela de Santo António e a cidade

Esta capela, devido à sua situação geográfica, ocupava um dos mais nobres espaços da cidade de Braga. A sua origem remonta a uma pequena ermida, sob a invocação de Nossa Senhora, que o arcebispo D. Manuel de Sousa (1545-1549) mandou construir na horta do Paço Arquiepiscopal, em 1546¹⁵¹. A referida ermida, mudou-se depois para o terreiro do Postigo, também chamado de Santo António, por ser encimada por uma imagem deste santo. Em 1630, durante o arcebispado de D. Rodrigo da Cunha (1626-1634) a citada capela foi trasladada de lugar para o sítio onde se manteve até à sua demolição. Estava voltada para o Campo dos Touros e tinha o corpo dentro da horta do Paço dos senhores da cidade.

Em tempos mais remotos, o nome que lhe foi dado era de “Capela de Santo António da Praça de Touros”, sendo posteriormente apenas de Santo António da Praça. A designação de campo dos Touros estava associada ao facto de ser nessa praça que se corriam os touros e faziam jogos equestres na Idade Moderna, hoje em dia praça do Município. Voltada para a referida Praça, edificou-se a nova ala do paço dos arcebispos, a mando de D. José de Bragança (1741-1756), tendo por arquiteto André Soares.

Habitado ao fausto e luxo, D. José de Bragança, com sangue real, desejou uma vida de corte e introduziu mudanças significativas na arquitetura barroca da cidade, como foi a nova ala do paço arquiepiscopal, onde se alberga atualmente a Biblioteca Pública de Braga e esteve até muito recentemente o Arquivo Distrital de Braga. Este edifício acolhe ainda a reitoria da Universidade do Minho.

O recolhimento das beatas de Santo António estava localizado muito próximo da capela de Santo António. Esta instituição, fundada pelo abade Domingos Peres em finais do século XVI e entregue à Santa Casa da cidade em 1608, por ocasião da sua morte, esteve associada à clausura feminina. Manteve-se em funcionamento até 1890, quando um novo projeto urbanístico para o local sacrificou o edifício, pois foi necessário alargar a rua de Santo António e a casa que

¹⁵¹ Freitas, Bernardino José Senna de, *Memórias de Braga*, Tomo V..., p. 216.

lhes servia de moradia foi expropriada à Santa Casa, sendo as suas habitantes transferidas para o Hospital de São Marcos, passando depois para o palácio do Raio¹⁵².

O recolhimento só encerrou portas com a instauração da República, mas o seu edifício inicial desapareceu em 1890.

A primeira metade do século XX foi marcada pelas duas grandes guerras. E se Portugal se manteve neutro no segundo conflito, no primeiro teve uma intervenção direta, através do Corpo Expedicionário.

Braga atravessa esse tempo com muitas dificuldades sentidas nos períodos bélicos, à semelhança de outras cidades do país. Com a primeira grande guerra conhece-se uma escalada dos preços, sacrificando a vida dos mais fracos. Os protestos não se fizeram esperar liderados pelos movimentos sindicais. A crise que se instalou causou mal-estar, tendo consequências em termos políticos. A pobreza, a insalubridade, a dificuldade de acatar as posturas municipais, a irregularidade da iluminação nas praças e ruas, a falta de géneros alimentares e de outros produtos e a carestia em várias instituições de que o hospital de São Marcos é o melhor exemplo, atestam as dificuldades vividas.

Os salários não chegavam para pagar preços tão elevados e, por isso, as greves sucediam-se, reivindicando subida de rendimentos.

Os periódicos da época dão também conta da vida que corria com alguma normalidade, apesar dos protestos e das greves. Os cafés, os concertos de bandas musicais, o Teatro Circo, os clubes e os saraus ancoravam as elites, sobretudo uma burguesia que se ia afirmando em vários setores de atividade¹⁵³.

Ora, é no fim da segunda grande guerra e no meio de um regime autoritário e muito conservador que Braga vai conhecer um novo impulso urbanístico, marcado por algumas obras e a abertura de novas artérias.

¹⁵² Machado, Carla Manuela de Sousa, *Entre a clausura e o século: o recolhimento de Santo António sob a administração da Misericórdia de Braga (séculos XVII-XVIII) ...*, p. 152.

¹⁵³ Oliveira, Alberto N., “Mal-estar na sociedade bracarense do pós 1ª Guerra Mundial. Uma incursão na imprensa da época”, in *Misericórdia de Braga*, nº 14, 2018, pp. 51-71.

2. Os projetos e as alterações urbanísticas de Braga em meados do século XX

Ao longo dos tempos, a bimilenária cidade de Braga sofreu grandes transformações, como é natural, de acordo com a evolução dos tempos e as necessidades que foram surgindo. Um momento importante de transformação ocorreu com as alterações urbanísticas no início do século XVI, no tempo do arcebispo D. Diogo de Sousa (1505-1532).

Na cidade de Braga, todos os arcebispos procuraram administrar e deixar marcas da sua presença pessoal, assim como do seu arcebispado. D. Diogo de Sousa, vindo de Roma e de Florença, renovou de acordo com o Renascimento, tendo mudado a cidade em vários aspetos. Mais arejada e iluminada, mas também com novas funcionalidades que uma urbe em crescimento exigia, Braga conheceu a mudança, não somente fisicamente, mas também nas suas instituições. Foi este arcebispo que fundou a Misericórdia da cidade, reformando o sistema assistencial da sede do arcebispado.

Não é nossa intenção abarcar todas as obras realizadas por este prelado, mas somente evidenciar a sua ação governativa em alguns aspetos¹⁵⁴.

No século XVIII, entre (1741-1789), a cidade foi comandada temporal e espiritualmente por arcebispos da Casa de Bragança que também deixaram a sua marca em alguns monumentos bracarenses, contribuindo de forma relevante, para que se transformasse num importante centro de Barroco. Foi o caso do Palácio Episcopal, edifício que sofreu melhoramentos ao longo de toda a Idade Moderna. Mas foi também nele que em 1866 deflagrou um enorme incêndio, destruindo parte do arquivo do Governo Civil, e o dos Correios e quase na totalidade o arquivo da Mitra, mormente o apoio de populares e o pronto-socorro do “Corpo da Bomba”¹⁵⁵.

Durante a primeira metade do século XIX, a cidade e as confrarias conheceram uma grande agitação, desde logo marcada pela presença bélica dos franceses. Depois foram as lutas liberais, enchendo-a, devido aos dois acontecimentos, de militares. Perante a presença dos franceses algumas celebrações e festividades foram suspensas, dado o perigo em que as

¹⁵⁴ Para uma análise mais aprofundada das alterações da cidade na sua prelatura leia-se Ribeiro, Maria do Carmo Franco, *Braga entre a época romana e a Idade Moderna. Uma metodologia de análise para a leitura da evolução do espaço urbano*, 2008, Braga, Universidade do Minho, tese de Doutoramento policopiada.

¹⁵⁵ Sobre este assunto confira-se Costa, Luís, *Braga de ontem. (Pequenos subsídios para a História da cidade)*, Braga, Câmara Municipal de Braga, 1982, pp. 57-59.

populações se encontravam. Com as Guerras Liberais, novamente Braga conheceu uma enorme força militar, mas igualmente muitas celebrações de júbilo pela presença na cidade de D. Miguel, quando este visitou a cidade.

As festividades de cariz religioso envolviam todas as confrarias da cidade, ou pelo menos uma grande parte delas. A confraria de Santo António, por se situar entre a Câmara e o Paço Arquiepiscopal, dois importantes polos festivos, presenciou e participou em várias delas. Tal como as restantes confrarias da cidade tinha de limpar e assear a sua rua, pois a procissão passava nela, cumprindo o imposto pela Câmara Municipal, em 1843¹⁵⁶.

Em desenvolvimento por toda a Europa mais evoluída, o caminho-de-ferro chegara a Braga tarde, no último quartel do século XIX, em 1875, infraestrutura que moldará a mobilidade dos seus habitantes, mas também os seus negócios e comunicações. Este equipamento foi de grande valia para modernização da cidade, alterando com significado a vida dos que nela habitavam. A sua inauguração foi arrebatadora, contando com a presença do rei D. Luís e da rainha D. Maria Pia, mas também dos príncipes D. Carlos, D. Afonso e D. Augusto. As entidades públicas da cidade estiveram igualmente na inauguração, bem como uma multidão de populares, que se acotovelavam nas imediações da estação¹⁵⁷.

À medida que oitocentos se ia despedindo, em Braga conheciam-se novas mudanças. Em 23 de junho de 1893 foi inaugurada a iluminação pública elétrica, o que mudou a face da cidade, sendo o acontecimento transformado numa grande melhoria da vida das populações. Assim, Braga tornou-se na primeira cidade portuguesa a ter este melhoramento.

Mas se a vida se tornou mais favorável, o século seguinte conheceu na segunda década um enorme conflito, que se fez sentir também em Portugal. Braga, como todas as cidades do país viu a população empobrecer, principalmente os grupos sociais mais vulneráveis. Estas dificuldades eram recorrentemente anunciadas nos jornais locais, chamando a atenção dos leitores para as carências desta população¹⁵⁸. À guerra juntou-se a epidemia da pneumónica, agravando ainda mais a miséria em que estava muita da sua população¹⁵⁹.

¹⁵⁶ ADB, Ms. 337, fl. 33.

¹⁵⁷ Costa, Luís, *Braga de ontem. (Pequenos subsídios para a História da cidade) ...*, p. 25.

¹⁵⁸ Oliveira, Alberto N., “Classes pobres” e “socorro social” em Braga nas primeiras décadas do século XX. Sondagem na imprensa local”, in *Revista da Misericórdia de Braga*, nº 9, 2013, p. 148.

¹⁵⁹. Para a pneumónica leia-se Esteves, Alexandra, “A pneumónica no Norte de Portugal: impacto e medidas”, in Esteves, Alexandra (coord.), *Sociedade e pobreza. Mecanismos e práticas assistenciais (séculos XVII-XX)*, Vila Nova de Famalicão, Lab2Pt, 2018, pp. 145-164.

A cidade conheceu, no entanto, ao longo do século XX, profundas alterações em termos urbanísticos, mas foi sobretudo na segunda metade que surge de maneira mais visível, devido a alguma acalmia, com o epílogo da Segunda Guerra Mundial. Apesar da neutralidade do nosso país, existem sempre consequências marcantes, pois tratou-se de um fenómeno de enormes dimensões. Em Braga, as alterações do fim da guerra estão presentes em vários patamares, mas não há dúvida que a parte urbanística ganhou maior força. As acessibilidades foram melhoradas, quer em termos pedonais, quer viárias, foram realizados novos troços, abrem-se novas ruas e sente-se uma nova aragem na milenar cidade. Há também artérias que foram alargadas, criando espaço para mais meios de mobilidade e pessoas.

Há ainda que pensar no crescimento populacional. O aumento demográfico e a procura da cidade pelos que vêm das aldeias obrigam Braga a crescer quer em termos de infraestruturas, quer em termos económicos, educacionais, etc. O espaço urbano cresce, tal como o semiurbano.

O pós-guerra tinha acelerado o crescimento urbano, muito relacionado com o êxodo rural, motivado pela progressiva industrialização e terciarização da sociedade portuguesa.

O crescimento da população urbana impunha soluções habitacionais para quem não as podia pagar, nem mesmo alugar uma casa. Também mudanças sanitárias, de transportes, de construção de novas vias, bem como de outros equipamentos se impunham. Tudo isto arrastou mudanças urbanísticas significativas, em que se incluem os projetos em curso no final da década de 40, em Braga.

Após um período muito difícil que correspondeu ao tempo da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), Portugal, como o resto da Europa, sentem um crescimento acelerado em vários setores. Porém, durante a guerra as restrições foram muitas e no nosso país o Estado Novo foi confrontado com uma intensa agitação social e até mesmo uma crise política. Os baixos salários, a subida dos preços e a falta de produtos provocam uma enorme contestação social, conhecida quer nos campos, quer no mundo urbano¹⁶⁰.

Em 1946, inicia-se em Braga, a construção de uma obra de grande envergadura, pela dimensão que esta atinge e pelo reconhecimento a nível nacional: o estádio 28 de Maio. Esta construção do novo estádio alude ao poder instituído e cria orgulho nos bracarenses, que já há

¹⁶⁰ Para este assunto confira-se Rosas, Fernando, “Sob os ventos da guerra: a primeira crise séria do regime”, in Mattoso, José (dir.), *História de Portugal*, vol. 7..., pp. 359-382.

algum tempo reclamavam um novo espaço para a prática do futebol, sendo também acarinhada pelos dirigentes políticos nacionais. Aquando do anúncio do projeto, a população bracarense recebeu a notícia com gáudio, principalmente quando soube que os custos seriam suportados pelo Estado. A notícia foi feita pelo Presidente do Conselho, António de Oliveira Salazar por ocasião da visita à cidade de Braga, nas comemorações do XX aniversário da revolução ocorrida a 28 de Maio de 1926. Esta revolta militar saiu de Braga em direção a Lisboa, pondo fim à Primeira República e iniciando o Governo de Ditadura Militar, que estará na origem do Estado Novo. A construção do Estádio 28 de Maio foi entendida como uma forma de agradecimento à cidade pelo Estado Novo, reconhecendo, assim, o seu enorme préstimo na reviravolta política e na possibilidade criada de erguer um governo autoritário.

Após classificação do IGESPAR, o estádio 28 de Maio é um monumento de interesse público, que desenvolveu a prática desportiva em geral, principalmente o futebol, e muito particularmente o Sporting Club de Braga (SCB) que na altura jogava no Campeonato Nacional. Quem ainda hoje fala com alguns bracarenses, percebe de imediato a ligação à cidade, ao clube mencionado, e que ainda se recordam da sua inauguração.

Foi também por esta altura que a Santa Casa da Misericórdia de Braga, à semelhança de algumas das suas congéneres inicia a construção do Bairro para a população carenciada, o chamado “Bairro da Misericórdia”. Na ocasião foi necessário proceder à expropriação de alguns terrenos, tendo a Câmara elaborado uma estimativa para o preço dos mesmos¹⁶¹. A decisão da Santa Casa seguia um decreto governamental de abril de 1945 que incentivava as Misericórdias a construir habitações para os que dela necessitavam e não tinham capacidade financeira para a construir. Para a concretização deste projeto a confraria contou com um subsídio estatal e procedeu à venda de algumas propriedades, pois era necessário adquirir os terrenos e erguer os edifícios habitacionais¹⁶².

Como foi dito, a cidade vinha desabrochando já desde os finais do século XIX e surge a necessidade de rasgar novos horizontes, abrindo novas ruas e avenidas. “As obras começam com a reconstrução de casas medievais e a abertura das ruas D. Frei Caetano Brandão e D. Afonso Henriques”.

¹⁶¹ AMB, *Livro de actas de 1947*, fl. 182v.

¹⁶² Para este assunto leia-se Araújo, Maria Marta Lobo de, “Das origens à atualidade: um itinerário de 500 anos”, in Capela, José Viriato; Araújo, Maria Marta Lobo de, *A Santa Casa da Misericórdia de Braga 1513-2013*, Braga, Santa Casa da Misericórdia de Braga, 2013, pp. 73-74.

O plano urbano de Braga continuava em marcha, originando muitas construções novas, embora se assista também a algumas demolições, com aconteceu com o castelo de Braga, do qual apenas resta a Torre de Menagem, considerado um *ex-libris* da cidade. Seguiu-se mais tarde o convento de Nossa Senhora dos Remédios, fundação franciscana quinhentista, onde se enclausuraram as mulheres da elite da cidade e de outras localidades, obra do tempo do arcebispo D. Manuel de Sousa, demolido para abrir a rua Doutor Gonçalo Sampaio, que estabelecerá ligação do atual largo Carlos Amarante à Avenida da Liberdade, ou seja, o coração da cidade estava em momento de alterações profundas.

Mais tarde, em maio de 1946, a repartição de engenharia, remeteu um projeto de abertura de uma nova rua para que, após a aprovação feita pela Câmara Municipal, fosse enviado à Direção Geral dos Serviços de Urbanização¹⁶³. Depois de aprovada a proposta e deliberação da mesma, pedia-se urgência para proceder às respetivas expropriações

Pelos finais do ano de 1946, mais precisamente a catorze de novembro de 1946, a Câmara Municipal pediu um parecer ao Conselho Superior de Obras Públicas sobre o anteprojecto de Urbanização e do Despacho do Subsecretário de Estado das Obras Públicas “para estudo”. Em fevereiro do ano seguinte, a edilidade deu a conhecer a aprovação do plano superior para a abertura da nova rua que ligasse a Praça Municipal à rua Doutor Francisco Sanches, assim como a construção de um parque infantil anexo. Estes melhoramentos eram considerados de “grande importância para a comunidade pública, embelezamento da cidade e ainda para resolver, em parte, o problema da habitação da classe média.” Havia no momento preocupações habitacionais, de entretenimento e lazer para os mais pequenos e de ligação viária. Isto é, desejava-se alterar a configuração daquele quarteirão.

A dezanove de maio de 1947, foi aprovada a planta parcelar da abertura da rua, a qual ditará o fim da capela de Santo António da Praça. Foi também deliberado proceder às expropriações necessárias, de acordo com o Artigo 7º do Decreto 19502, de vinte de março de 1941. A sete de agosto, a Câmara Municipal entrou em acordo para proceder à expropriação amigável de aquisição de um terreno a norte do Arquivo Distrital e necessário à abertura da rua.

¹⁶³ AMB; *Livro de actas 1946*, fl. 138v.

Imagem 6 A capela de Santo António do Campo dos Touros



Fonte: <http://bragaon.blogspot.com/search?q=Capela+de+Santo+Ant%C3%B3nio>

3. A destruição de um símbolo em nome do progresso e o novo traçado urbano de Braga

Na edilidade, o assunto foi discutido em sessão de vereadores em fevereiro de 1947, altura em que foi aprovado o plano de abertura de uma nova rua ligaria a Praça Municipal à rua Francisco Sanches, assim como a construção de um parque infantil anexo, como anteriormente referimos. Estas alterações eram feitas em nome do embelezamento da cidade, dos melhoramentos disponibilizados à comunidade e da proteção do edifício da Biblioteca Pública. Aludia-se ainda à necessidade existente de disponibilizar habitação à classe média¹⁶⁴. Esta informação era do conhecimento da cidade, pois os seus jornais iam dando conta da ocorrência¹⁶⁵.

Passados dois meses e quase em meados de 1947, a Direção Geral dos Serviços de Urbanização aprovou a planta que lhe tinha sido enviada¹⁶⁶, o que significava o avanço do projeto

¹⁶⁴ AMB; *Livro de actas de 1947*, fl. 2v.

¹⁶⁵ O Jornal do Minho de 17 de maio de 1947 informava os leitores que a planta tinha sido remetida à Direção Geral do Urbanismo. Jornal *Correio do Minho*, 17-05-1947, p. 3. Em Maio de 1948, o Jornal *Correio do Minho* tinha publicitado a receção de propostas para a obra. Jornal *Diário do Minho* 13-05-1947, p. 5.

¹⁶⁶ AMB; *Livro de actas de 1947*, fl. 40.

em termos formais. Só depois do processo aprovado é que a Câmara deu conhecimento à confraria, pois precisava do terreno para o executar.

Em reunião da Assembleia Geral da referida confraria, realizada em junho de 1947, os irmãos foram informados das intenções da Câmara Municipal de abrir uma rua com o traçado já definido, necessitando para esse fim do espaço ocupado pela capela e anexos¹⁶⁷. O assunto foi debatido em pormenor, sabendo-se que o juiz da instituição tinha sido chamado à Câmara para uma reunião com o seu presidente, tendo este sido informado da aprovação do projeto de construção de uma rua nova e da necessidade de derrubar a capela num prazo curto de tempo. Na mesma ocasião, o juiz informou não tomar qualquer medida, pois necessitava de ouvir a Assembleia Geral de irmãos.

Embora este ato só fosse definitivamente assumido em 1947, em 1935 estavam já pensadas alterações urbanísticas para a praça do Município, local onde se encontrava o edifício da confraria e onde estava localizado um prédio com uma loja, sua propriedade e que no momento se arrendava apenas a loja. No contrato estabelecido entre as partes existe uma cláusula entre rendeiro e arrendatário onde se lê o seguinte “(...) caso a Confraria seja obrigada pela Câmara a demolir ou modificar o prédio, o inquilino não poderá exigir indemnização alguma (...)”¹⁶⁸.

Em 1947, a edilidade tinha em curso algumas obras importantes na cidade, em que se integra também o abastecimento de água à mesma. E como refere José Manuel Lopes Cordeiro, em 1948 este abastecimento registou “alguns avanços”¹⁶⁹. A confraria de Santo António decidiu aceitar, mas impôs como a condição da capela ser removida para um lugar que não distasse mais de cinquenta metros do local onde se encontrava na altura. Para o efeito, conferiu poder ao presidente da Mesa para encetar negociações com a Câmara e entidades eclesiais, a fim de resolver o assunto, tendo em vista os interesses da Igreja e do culto a Santo António. É importante referir que a matéria envolvia os dois poderes: o temporal e o religioso, pelo que impunha ouvir as duas partes e receber autorização da Igreja para poder fazer o negócio.

Após audição dos irmãos, a confraria respondeu à Edilidade, informando-a de que lhe concedia o direito de mudar a capela, embora para um lugar que não distasse mais de 50m do

¹⁶⁷ AIP, Fundo da confraria de Santo António, *Este livro está selado de conformidade com a lei...*, fl. 18.

¹⁶⁸ AIP, Fundo da confraria de Santo António, Doc. avulso, não paginado.

¹⁶⁹ Leia-se Cordeiro, José Manuel Lopes, *História do abastecimento de água a Braga 1913-2013*, Braga, Agere, 2019, p. 257.

lugar que ocupava na altura, o que como se compreende era muito pouco. A confraria afirmava também não arcar com despesas inerentes ao processo de mudança. Esta posição foi considerada pela Câmara como inaceitável, acordando atuar de acordo com os interesses do Município¹⁷⁰. Se a posição da confraria se entende, por não ter sido ela a desencadear o processo e por ser prejudicada em termos patrimoniais, já a pressão da Câmara sobre a associação parece inaceitável, pois servia-se do interesse público para vergar a citada confraria.

Imagem 7 A abertura da nova rua



Fonte:<http://bragaon.blogspot.com/search?q=Capela+de+Santo+Ant%C3%B3nio>

Para a obra pretendida, a Câmara teve de proceder também à troca de terrenos, visando o alinhamento da nova artéria, o que, aliás, tinha sido proposto pela Repartição de Engenharia¹⁷¹. Esta troca de terrenos decorreu de forma amigável com os proprietários, que solicitaram isenção de pagamento de sisa¹⁷².

¹⁷⁰ AMB; *Livro de actas de 1947*, fl. 144v.

¹⁷¹ AMB; *Livro de actas de 1948*, nº 138, fls. 145, 181v.

¹⁷² AMB; *Livro de actas de 1948*, nº 138, fl. 185v.

No ano seguinte, em sessão camarária informava-se a comparticipação do Estado em 34.200 escudos para a abertura da nova rua, tendo-se também estabelecido que a obra seria realizada por administração direta, o que, aliás, se comunicou aos serviços técnicos¹⁷³.

Entretanto, em fevereiro de 1948, o Dr. Francisco Machado Owen propôs a construção de um Jardim Infantil na rua Francisco Sanches, a norte da Biblioteca Pública, criando-se “ (...) um refúgio para as crianças (...) mas também embeleza o ambiente do edifício em que esta instalada a Biblioteca Pública, antigo Paço, Episcopal, cujas linhas arquitetónicas são objeto de observação forçada por inúmeros turistas que nos visitam”¹⁷⁴.

Em abril de 1948, a Câmara recebeu um ofício do diretor da Biblioteca Pública e do Arquivo Distrital de Braga dando conta da autorização do Secretário de Estado da Educação Nacional para a troca de terrenos, mas impondo a condição da construção de um muro de vedação, o qual se faria mediante as indicações dos Edifícios e Monumentos Nacionais¹⁷⁵. Este muro daria uma nova configuração ao antigo Paço Arquiepiscopal, conferindo-lhe maior dignidade naquele espaço.

Passados dois anos, a Mesa da confraria decidiu informar o arcebispo das negociações, dizendo que a Câmara oferecia pela demolição da capela o valor de 100.000 escudos, os quais também se destinavam ao pagamento do terreno ocupado pela mesma.¹⁷⁶ A demolição e remoção de todo o material corria por conta da confraria, o que significava uma vitória para a Câmara.

No âmbito das negociações, a Mesa declara que anteriormente mandara fazer uma peritagem ao valor da capela e anexos, tendo obtido como resultado o valor de 150.000 escudos, valor muito superior ao atribuído pela Câmara. Foi dado a conhecer também que fora feita uma proposta à Câmara Municipal, para que esta mandasse reconstruir a citada capela nas proximidades, proposta essa, rejeitada totalmente e ainda com a ameaça de serem tomadas medidas drásticas de acordo com os interesses dos munícipes. Era a Câmara uma vez mais a pressionar, a confraria a ceder e a possibilitar as alterações urbanísticas que se tinham projetado.

¹⁷³ AMB; *Livro de actas de 1948*, nº 138, fl. 195.

¹⁷⁴ AMB; *Livro de actas de 1949*, nº 140, fl. 49.

¹⁷⁵ AMB; *Livro de actas de 1948*, nº 139, fl. 31v.

¹⁷⁶ AMB; *Livro de actas de 1948*, nº 139, fl. 31v.

Em maio de 1949, o Jornal “Diário do Minho” publicita os officios da Repartição de Engenharia para a receção de propostas para o concurso da empreitada da abertura da nova rua. As notícias sobre o processo deste projeto continuam nos dois principais jornais da cidade durante este mês, informando sobre o andamento do processo¹⁷⁷.

No dia nove do mês de julho 1949, a confraria de Santo António da Praça solicitou à Mesa da confraria da Santíssima Trindade da igreja do Pópulo que a recebesse em suas instalações, com todos os seus pertences, após a demolição da capela de Santo António e enquanto não tivessem a sua própria. A referida demolição acontecerá em breve por imposição da Câmara Municipal, que necessitava do terreno para a abertura de citada via. Pedem também a atribuição de um altar próprio para a instalação da imagem do Santo.

Porém, nesta altura a instituição ainda não tinha recebido autorização da Igreja para fazer o negócio. Esta só será assinada em 30 de setembro do referido ano, pelo arcebispo. D. António Bento Martins Júnior, que considerando as necessidades da Câmara, deu parecer favorável ao pedido. Essa autorização foi dada a 30 de setembro de 1949 pelo citado arcebispo, através de uma carta de sentença. Nela, o prelado dava a conhecer a intenção da confraria de Santo António da Praça de demolir a sua capela, a venda do terreno onde ela se encontrava e a sua transferência para a igreja vizinha do Pópulo. Tendo em consideração os planos da Câmara e a impossibilidade de os concretizar sem a demolição da capela e a ocupação dos seus terrenos, a trasladação da confraria para a citada igreja, a quantia de 100 mil escudos oferecidos pela edilidade à confraria, e o estado de ruína das paredes laterais da capela, construídas em “pedra miúda” e a posição dos irmãos da confraria, o arcebispo consentiu no negócio entre as partes. O prelado considerava que esta era a melhor solução encontrada pelas partes, pois não existia possibilidade da Câmara erguer novamente a capela num outro local, o que deve ter sido também tema de negociação, mas sem fim satisfatório para os irmãos, pois estes manifestaram esse desejo na Assembleia Geral realizada, mas também não dispunham de finanças para tal empreendimento. Assim, e depois do cabido ter dado parecer favorável o arcebispo concluiu haver

“ (...) por bem, a) anuindo aos pedido das referidas entidades conceder licença para ser demolida a capela do Santo António, considerando-se execrada para os devidos efeitos jurídico-canónicos b) autorizar a

¹⁷⁷ Jornal *Diário do Minho* 13-05-1949, p. 5; Jornal *Correio do Minho* 17-05-1949, p. 3.

cedência do terreno ocupado pela Capela de Santo António à Exma. Câmara Municipal de Braga, devendo esta entregar à Confraria de Santo António a quantia de cem mil escudos (100.000\$00), que a dita confraria empregará em bens seguros e frugíferos, os quais em ocasião oportuna (oxalá muito em breve) serão aplicados na construção duma nova capela em honra de Santo António visto não haver outra na cidade dedicada aquele glorioso Santo (...), c) conceder à Confraria de Santo António licença para vender madeiras, pedras, telha, altares e todo o material, que não sirva ou não possa esperar até á reconstrução da nova capela, a edificar em lugar apropriado (...) d) dar consentimento à Confraria de Santo António para se trasladar com todos os seus privilégios, indulgências , graças, direitos e bens de qualquer género para a igreja do Pópulo”¹⁷⁸.

Por fim, dirimidas as divergências com a confraria de Santo António, foi possível chegar a um entendimento¹⁷⁹.

Como fica claro das palavras do arcebispo, os irmãos de Santo António conseguiram a solução possível, pois a sua vontade era edificar outra capela para o culto que veneravam. Foram vencidos pela modernidade da cidade e pela inexistência de fundos para construir novo templo, o que nunca mais veio a acontecer.

Em meados de outubro de 1949, o secretário da confraria emitiu uma certidão revelando todo o processo que envolveu a capela de Santo António da Praça, desde a imposição feita pela Câmara Municipal para obter o espaço por si ocupado e anexas, passando pelas propostas feitas à autarquia, no sentido da deslocação da dita capela para local que não distasse mais de 50m do atual. Informa também sobre a comunicação feita ao senhor Arcebispo das pretensões da Câmara, do valor pecuniário que esta oferecia pelo espaço em questão; do consentimento dado pelo cabido da Sé Catedral e do Conselho Administrativo, até ao pedido feito à Ordem Terceira da igreja do Pópulo, para que esta aceitasse a trasladação da referida confraria e todos os seus pertences: privilégios, graças, indulgências e outros bens de qualquer espécie. Abordava ainda a cedência de um altar próprio para instalar a imagem do Santo. Declarou também, que a confraria usaria da melhor maneira o dinheiro entregue pela Câmara Municipal em troca do terreno e o proveniente da venda de materiais como: madeira, telhas, altares e pedras que constituíam o edifício da capela de Santo António¹⁸⁰.

¹⁷⁸ AIP, Fundo da confraria de Santo António, Documento avulso, fls. 1-2v.

¹⁷⁹ AMB; *Livro de actas de 1949*, nº 140, fl. 18v.

¹⁸⁰ AIP, Fundo da confraria de Santo António, AIP, Fundo da confraria de Santo António, *Este livro está selado de conformidade com a lei...*, fl. 18.

Estas notícias vinham na sequência do consentimento dado pelo arcebispo e do aprovado em Assembleia Geral no dia 11 do referido mês e ano, tendo-se comunicado aos irmãos a conclusão das negociações com a Câmara e Ordem Terceira da Santíssima Trindade da igreja do Pópulo. Na ocasião deram-se também poderes para o juiz da confraria outorgar a escritura de venda e assinar todos os documentos necessários¹⁸¹.

Estava-se a poucos dias da demolição da capela. O Jornal “Correio do Minho” noticiava a 19 de outubro de 1949 que no dia anterior tinha sido elaborada escritura de promessa de venda da capela de Santo António¹⁸². As últimas cerimónias realizadas na citada capela ocorreram no domingo seguinte, momento em que a imagem de Santo António foi em procissão para a igreja do Pópulo, local, onde em altar privado passou a estar exposta à veneração dos fiéis e a sua confraria a reger-se pelos estatutos que possuía. Nesse domingo houve missa pelas 8 horas da manhã na capela e pelas 10.30 foi realizada a procissão para a igreja do Pópulo, localizada a escassos metros. Este encerramento de atividade religiosa da capela e posterior demolição foi tema dos jornais locais¹⁸³.

A cerimónia de encerramento da capela contou com a presença do então Presidente da Câmara, António Maria Santos da Cunha, em representação da Edilidade, e por parte da confraria com o Reverendo Padre Alípio Quintas Neves. Os sinos repicaram à saída e o desfile não foi direto para a referida igreja, contornou o Campo da Vinha, foi ao Mercado Municipal e desceu, para novamente do campo da Vinha se dirigir à igreja do Pópulo. Contou ainda com a presença de muitos fiéis, dos moradores e dos comerciantes locais, que no momento de despedida lançaram “uma verdadeira chuva de flores”¹⁸⁴.

Foi, então, a seis de novembro de 1949 que encerrou portas a capela de Santo António, fechando um ciclo de vida de vários séculos.

Enquanto isto se passava em Braga, a nível nacional o Estado Novo de Salazar defrontava-se com uma oposição cada vez mais forte e consistente, que ia trabalhando no sentido de forçar algumas mudanças. Em 1946 e 1947, ocorreram tentativas de golpes militares, ambas chefiadas pelo almirante Mendes Cabeçadas. O presidente do Conselho mandou prender os oficiais que estiveram envolvidos nestas tentativas procurando abafar a

¹⁸¹ AIP, Fundo da confraria de Santo António, *Este livro está selado de conformidade com a lei...*, fl. 18v.

¹⁸² Jornal *Correio do Minho* 19-10-1949, p. 3.

¹⁸³ Jornal *Correio do Minho* 01-11-1949, p. 2; Jornal *Correio do Minho* 06-11-1949, p. 2.

¹⁸⁴ Jornal *Correio do Minho* 07-11-1949, p. 2.

dissidência existente. Sentia-se na sociedade portuguesa um sentimento de alteração, um descontentamento latente que parecia começar a ganhar corpo, embora o pior estivesse ainda para vir. Em 1949, o processo eleitoral à Assembleia Nacional, o que veio a acontecer em outubro desse ano, surgia como um momento oportuno para manifestar a oposição. Procurava-se formar uma força que se opusesse a Salazar e que estivesse na dianteira de reformas. Enquanto falhava essa tentativa, em Braga, António Santos da Cunha mantinha-se à frente da autarquia bracarense.¹⁸⁵

Com as obras a chegar ao fim, a Câmara informava em setembro de 1949 que as obras em curso: estádio 28 de Maio; rua transversal entre a Praça e a rua Francisco Sanches e a urbanização do Bairro da Misericórdia estariam concluídas no começo do ano seguinte¹⁸⁶. Era altura também de expressar o peso no orçamento camarário. Como se constata estavam em curso em Braga obras de grande porte, nomeadamente o que se refere ao estádio e ao Bairro da Misericórdia, sendo esta última da responsabilidade da Santa Casa.

Restava agora concluir algumas formalidades: oficial às Finanças, informando que o prédio inscrito na matriz predial urbana da freguesia de São João do Souto, com o artigo 652, seja eliminado da matriz, anulando a respetiva inscrição e rendimento coletável, bem como solicitar a anulação da contribuição predial, no valor de 79 escudos, montante lançado para 1950¹⁸⁷.

Era também tempo de proceder à alteração dos estatutos, pois a realidade era diferente da anterior, pelo que em 1952 foram feitas algumas alterações aos existentes¹⁸⁸, adaptando-se às novas condições para continuar a prática do culto a Santo António

¹⁸⁵ Rosa, Fernando, “Sob os ventos da Guerra”: a primeira crise séria do regime (1940-1949)”, in Mattoso, José (dir.), *História de Portugal*, vol. 7, Lisboa, Círculo de Leitores, 1994, pp. 394-398.

¹⁸⁶ *Jornal Correio do Minho* 14-09-1949, p. 4.

¹⁸⁷ AIP, Fundo da confraria de Santo António, *Este livro está selado de conformidade com a lei...*, fl. 19.

¹⁸⁸ AIP, Fundo da confraria de Santo António, *Este livro está selado de conformidade com a lei...*, fl. 19.

Conclusão

Como já foi dito, a capela de Santo António da Praça dos Touros, com início na pequena ermida dedicada a Nossa Senhora da Nazaré, que no ano de 1546, o arcebispo de Braga D. Manuel de Sousa mandou edificar na horta jardim do Paço Arcebispal, revela-nos a preocupação em aumentar o culto a Nossa Senhora e constituiu o nosso ponto fulcral de análise.

A deslocação da referida ermida para junto da antiga Porta de Santo António, encimada por um nicho com a imagem deste Santo, conduziu a que a capela passasse a designar-se capela de Santo António do Postigo. Mais tarde, no ano de 1630, D. Rodrigo da Cunha, arcebispo de Braga, mandou levantar uma nova capela voltada para o Campo dos Touros, à qual foi acrescentada uma torre sineira. A partir desta data, passou a ser conhecida como capela de Santo António da Praça dos Touros, hoje Praça Municipal. Neste lugar permaneceu ao longo de quatrocentos anos, tornando-se num local de devoção e culto a quem recorria nas suas adversidades, não só o povo, mas também as mais altas patentes da hierarquia eclesiástica.

Apesar da sua antiguidade e objeto de culto, a capela não sobreviveu às transformações urbanísticas ocorridas na cidade de Braga nos meados do século XX. Condenada à extinção em prol do mais elevado interesse municipal, a confraria de Santo António da Praça, apresentou desde o início destas decisões do Município grande relutância em aceitá-las, procurando dificultar a chegada a um consenso entre as partes. No entanto, a Edilidade ganhou este diferendo invocando a Concordata, e, deste modo, a confraria não teve outra alternativa e decidiu aceitar. Depois solicitou à Mesa da Santíssima Trindade da Igreja do Pópulo que a aceitasse com todas as imagens, alfaias, os sinos, mobiliário, documentos e outros pertences.

Passadas sete décadas após a demolição do pequeno templo, a confraria de Santo António permanece sem instalações próprias, mas ativa, e todos os anos o seu patrono é festejado com grande devoção na igreja do Pópulo.

Com a realização deste trabalho procurámos contribuir para a preservação e valorização do património da cidade de Braga, através do estudo de características urbanas, das suas instituições e do que isso representa para a sua população. Na realidade, Braga como outras cidades históricas da atualidade são resultado de transformações urbanísticas com o fim de simplificar e agilizar a vida

e as transformações a que ela está sujeita. Também no nosso caso, o interesse dos munícipes se sobrepôs à preservação do património, sacrificando-o.

Ao efetuarmos a pesquisa para esta dissertação, pretendíamos fazer a trajetória da capela de Santo António da Praça dos Touros, desde a sua origem, até ao seu desaparecimento, e paralelamente da confraria que a rege desde tempos remotos, até aos nossos dias, contudo acresceram vários entraves, nomeadamente o mau estado de conservação do seu espólio escrito e que se encontra no arquivo da confraria sediada na igreja da Póculo.

Ao chegarmos ao fim da nossa investigação ficámos com a convicção de que não atingimos todos os nossos propósitos pelas dificuldades encontradas, mas também com a consciência de que, perante as fontes encontradas não era possível ir mais além. Divulgamos a existência de um pequeno ícone, que permaneceu por mais de quatro séculos numa das praças mais nobres da cidade, derrubado em nome do progresso, e contribuímos para abrir a porta a outros estudos futuros sobre o assunto.

Fonte manuscritas

ADB- Arquivo Distrital de Braga

Ms. N° 1055

Ms. N° 337.

Fundo da Misericórdia:

Livro de missas em Santo António do Campo dos Touros: 1723-1736, n° 104

Livro das Missas de Santo António do Campo dos Touros 1736-1748, n° 105.

Livro das Missas de Santo António do Campo dos Touros 1749-1764, n° 106.

Livro dos dois legados de missas quotidianas de João de Novelli e sua mulher Ângela de Burgos na capela de Santo António do campo dos Touros 1765-1778, n° 107.

Fundo do Registo Geral:

Livro 152.

Livro n° 228.

Fundo eclesiástico:

Livro n° 134.

AMB- Arquivo Municipal de Braga

Livro de actas 1946.

Livro de actas de 1947.

Livro de actas de 1948, n° 138.

Livro de actas de 1949, n° 140.

AIP- Arquivo da igreja do Pópulo

Fundo da confraria de Santo António

Estatutos da confraria de Santo António, Nossa Senhora das Necessidades e S. Lourenço.

Livro dos Estatutos de 1954.

Este livro está selado de conformidade com a lei, tem de servir na confraria de Santo António da Praça Municipal e suas uniões Senhora das Necessidades e São Lourenço para as actas da eleição e deliberações da mesa.

Documentos avulso.

Fontes impressas

Bezerra, Manuel Gomes de Lima, *Os estrangeiros no Lima*, vol. II, Viana do Castelo, Governo Civil de Viana do Castelo; Câmara Municipal de Viana do Castelo; Instituto Politécnico de Viana do Castelo; Centro de Estudos Regionais de Viana do Castelo e Instituto de Cultura Portuguesa da faculdade de Letras do Porto, 1992.

Constituições Sinodais do arcebispado de Braga ordenadas pelo Illustrissimo Senhor Arcebispo D. Sebastião de Matos e Noronha no anno de 1639 e mandadas emprimir a primeira vez pelo Illustrissimo Senhor D. João de Sousa Arcebispo e Senhor de Braga, Lisboa, Na Officina de Miguel Deslandes, 1697.

Francisco de Assis, "Carta a Santo António", in *S. Francisco de Assis, Escritos-Biografias-Documentos, Fontes Franciscanas*, Braga, s. e., 1992.

Freitas, Bernardino José Senna de, *Memórias de Braga*, vol. II, Braga, Imprensa Cathólica, 1890.

Voz de Santo António, Revista Mensal Ilustrada, Lisboa, CEHR, 1895.

Bibliografia

Abreu, Laurinda, *Memórias da Alma e do Corpo. A Misericórdia de Setúbal na Modernidade*, Viseu, Palimage Editores, 1999, pp. 88-90.

Abreu, Laurinda, “Uma outra visão do Purgatório: uma primeira abordagem aos breves de perdão e de redução”, in *Revista portuguesa de História*, tomo XXXIII, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1999, pp. 713-736.

Abreu, Laurinda, “A difícil gestão do Purgatório: os Breves de redução de missas perpétuas do Arquivo da Nunciatura de Lisboa 8 séculos (XVII-XIX)”, in *Penélope*, 30-31, 2004, pp. 51-74.

Araújo, Maria Marta Lobo de, “Na vida e na morte: as confrarias de Braga na Época Moderna”, in Serrano Martín, Eliseo, Gascón Pérez, Jesús (Eds.) *Poder, sociedad, religión y tolerância en el mundo hispánico, de Fernando el Católico al siglo XVIII*, Zaragoza, Institución Fernando el Católico, 2018, pp. 865-882.

Araújo, Maria Marta Lobo de, “Introdução”, in Araújo, Maria Marta Lobo de (coord.), *As confrarias de Braga na época barroca*, Vila Nova de Famalicão, Húmus, 2016, pp. 7-22.

Araújo, Maria Marta Lobo de, “Devoção e assistência: um olhar sobre os estatutos de 1680 da confraria de São”, in Araújo, Maria Marta Lobo de (coord.), *As confrarias de Braga na época barroca*, Vila Nova de Famalicão, Húmus, 2016, pp. 43-63.

Araújo, Maria Marta Lobo de, “As confrarias de Braga e a ajuda aos pobres na Idade Moderna. Estudo preliminar”, in *Interconexões. Revista de Ciências Sociais*, vol. 2, nº 1, 2014, pp. 15-32.

Araújo, Maria Marta Lobo de, “Os serviços de saúde e a assistência à doença”, in Capela, José Viriato; Araújo, Maria Marta Lobo de, *A Santa Casa da Misericórdia de Braga 1513-2013*, Braga, Santa Casa da Misericórdia de Braga, 2013, pp. 345-443.

Araújo, Maria Marta Lobo de, “Das origens à atualidade: um itinerário de 500 anos”, in Capela, José Viriato; Araújo, Maria Marta Lobo de, *A Santa Casa da Misericórdia de Braga 1513-2013*, Braga, Santa Casa da Misericórdia de Braga, 2013, pp. 13-86.

Araújo, Maria Marta Lobo de, *Filha casada, filha arrumada: a distribuição de dotes de casamento na confraria de São Vicente de Braga (1750-1870)*, Braga, CITCEM, 2011.

Araújo, Maria Marta Lobo de, *A confraria de Nossa Senhora do Porto de Ave. Um itinerário de religiosidade popular do Baixo Minho*, Braga, Confraria de Nossa Senhora do Porto de Ave, 2006.

Araújo, Maria Marta Lobo de, *Rituais de caridade na Misericórdia de Ponte de Lima (séculos XVI-XIX)*, Braga, Santa Casa da Misericórdia de Ponte de Lima, 2003.

Barbosa, António Dantas, *Tempos de festa em Ponte de Lima (séculos XVII-XIX)*, vol. II, Ponte de Lima, Câmara Municipal de Ponte de Lima, 2017, pp. 13-168.

Calvão, Maíke Alves, *Da Experiência Pedagógica Em Busca de Santo António e da Música na AEMF*, Coimbra, Escola Superior de Educação de Coimbra, s. d, Dissertação de Mestrado policopiada.

Capela, José Viriato, “Confrarias e sociedade”, in Capela, José Viriato (coord.), *As freguesias do distrito de Braga nas Memórias Paroquiais de 1758. A construção do imaginário minhoto setecentista*, Braga, Barbosa e Xavier, 2003, pp. 594-595.

Capela, José Viriato; Ferreira, Ana Cunha, *Braga nas Memórias Paroquiais de 1758*, Braga, ICS, 2002.

Carvalho, David Augusto Figueiredo Luna de, “As confrarias durante a I República em Portugal, 1911-1912”, in *Em nome do Espírito Santo. História de um culto*, Lisboa, IANTT, 2004, pp. 117-127.

Catroga, Fernando, *Entre Deus e Césares. Secularização, laicidade e religião civil*, Coimbra, Almedina, 2006.

Castro, *A Misericórdia de Braga. Assistência material e espiritual*, vol. III, Braga, Santa Casa da Misericórdia e autora, 2006.

Cordeiro, José Manuel Lopes, *História do abastecimento de água a Braga 1913-2013*, Braga, Agere, 2019.

Costa, Luís, *Braga de ontem. (Pequenos subsídios para a História da cidade)*, Braga, Câmara Municipal de Braga, 1982.

Esteves, Alexandra, “Las cofradías de Ánimas en el municipio de Ponte de Lima: espacios de devoción y sociabilidad”, in Martín García, Alfredo; Pérez Álvarez, María José (Coord.), *Religion, Política y Patrimonio en la Península Ibérica (siglos XIII-XXI)*, Madrid, Editorial Síntesis, 2018, pp. 207-224.

Esteves, Alexandra, “A pneumónica no Norte de Portugal: impacto e medidas”, in Esteves, Alexandra (coord.), *Sociedade e pobreza. Mecanismos e práticas assistenciais (séculos XVII-XX)*, Vila Nova de Famalicão, Lab2Pt, 2018, pp. 145-164.

Ferraz, Tiago, “As confrarias de Braga e as dificuldades crescentes na celebração dos sufrágios perpétuos (século XVIII)”, in Araújo, Maria Marta Lobo de (coord.), *As confrarias de Braga na época barroca*, Vila Nova de Famalicão, Húmus, 2016, pp. 135-156.

Ferraz, Norberto Tiago Gonçalves Ferraz, *A morte e a salvação da alma na Braga setecentista*, Braga, Universidade do Minho, 2014.

Ferreira, António Matos, “A constitucionalização da religião”, in Azevedo, Carlos Moreira, (dir.), *História Religiosa de Portugal*, vol. 3, Lisboa, Círculo de Leitores, 2000.

Fonseca Jorge, *Religião e Liberdade: os negros nas irmandades e confrarias portuguesas (séculos XVII-XVIII)*, Vila Nova de Famalicão, Húmus, 2016.

Fonseca Jorge “Para a história do associativismo no Alentejo medieval. A confraria e a albergaria do Espírito Santo do Vimieiro”, in *A cidade de Évora. Boletim de Cultura da Câmara Municipal*, nº 3, II série, 1998-99, pp. 11-37.

Fontes, Paulo F. de Oliveira, “O catolicismo português no século XX: da separação à democracia”, in Azevedo, Carlos Moreira, (dir.), *História Religiosa de Portugal*, vol. 3, Lisboa, Círculo de Leitores, 2000, pp. 136-145.

Gomes, Paula Alexandra de Carvalho Sobral, *Oficiais e Confrades em Braga no Tempo de Pombal. (Contributos para o Estudo do Movimento e Organização Confraternal Bracarense no Século XVIII)*, Braga, Universidade do Minho, 2002, dis. de Mestrado policopiada.

Ganho, Maria de Lourdes Sirgado, “A Espiritualidade de Santo António na piedade popular”, in *Piedade Popular. Sociabilidades-Representações e Espiritualidades*, Lisboa, Terramar, 1996, pp. 57-60.

González Lopo, Domingo, *Los comportamentos religiosos en la Galicia del Barroco*, Santiago de Compostela, Xunta de Galicia, 2002.

Guadalupe Muñoz, Miguel Luis, “Sanidad doméstica, solidariedade corporativa: las cofradías ante la enfermedad en la España Moderna”, in Abreu, Laurinda (edi.), *Asistencia y Caridad como Estratégias de Intervención Social: Iglesia, Estado y Comunidad (s. XV-XX)*, Bilbao, Universidad del País Vasco, 2007, pp. 77-94.

Le Goff, Jacques, *O nascimento do Purgatório*, Lisboa, Editorial Estampa, 1995.

Lebrun, François, “As Reformas: devoções comunitárias e piedade individual”, in Ariès, Philippe; Duby, Georges (dir.), *História da vida privada. Do Renascimento ao Século das Luzes*, Porto, Afrontamento, 1990, pp. 71-111.

Lopes, Fernando Félix, *Santo António de Lisboa, Doutor Evangélico*, Braga. Edições Boletim Mensal, 1954.

Lopes, Maria Antónia; Paiva, José Pedro “Introdução”, in Paiva, José Pedro (coord. científico), *Portugalia Monumenta Misericordiarum*, vol. 8, Lisboa, União das Misericórdias Portuguesas; Centro de Estudos de História Religiosa, 2010, pp. 7-30.

Lopes, Maria Antónia, *Protecção Social em Portugal na Idade Moderna. Guia de estudo e investigação*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 2010.

Lopes, Maria Antónia, “Os pobres e a assistência pública”, in Mattoso, José (dir.), *História de Portugal*, quinto volume, Lisboa, Círculo de Leitores, 1993, pp. 501-515.

Lozano Ruiz, Carlos, “Solidariedad urbana en las cofradías palentinas ante el óbito. Confrades en la vida y en la muerte”, in *I Congresso Histórico Internacional. As cidades na História: População, vol. III, Actas*, s. I. Câmara Municipal de Guimarães, 2012, pp. 205-227.

Machado, Carla Manuela Sousa, *Entre a clausura e o século: o recolhimento de Santo António do Campo da Vinha sob a administração da Misericórdia de Braga (séculos XVII-XVIII)*, Braga, Universidade do Minho, dis. de Mestrado policopiada, 2014.

Mantecón Movellán, Tomás Antonio, *Contrarreforma y Religiosidad Popular en Cantabria*, Universidad de Cantabria; Asamblea Regional de Cantabria, 1990.

Marques, José, “Os pergaminhos da confraria de São João da cidade de Braga (1186-1545)”, in *Bracara Augusta*, vol. XXXVI, n.ºs 81-82 (94-95), 1982.

Mata, Maria Eugénia, “O capital”, in Lains, Pedro; Silva, Álvaro Ferreira da (orgs.), *História Económica de Portugal*, Lisboa, ICS, 2005.

Matos, Artur Teodoro, “Empréstimos e Penhores de uma confraria de Goa no século XVIII”, in *Revista Portuguesa de História*, tomo XXXVI, vol. I, 2002/2003, pp. 555-563.

Monteiro, Teresa Libano, “Fés, credos e religiões, in Mattoso, José (dir.), *História da vida privada em Portugal. Os nossos dias*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2010, pp. 278-307.

Mota, Guilhermina, “A Irmandade da Senhora do Carmo da Marmeleira - Mortágua: (primeira metade do século XVIII)”, in *Revista de História das Ideias*, Vol. 9, Tomo II, 1987, p. 280.

Moura, Maria Lúcia de Brito, *A Guerra religiosa na primeira República*, Lisboa, Editorial Notícias, 2004.

Oliveira, Alberto N., “Mal-estar na sociedade bracarense do pós 1ª Guerra Mundial. Uma incursão na imprensa da época”, in *Misericórdia de Braga*, n.º 14, 2018, pp. 51-81.

Oliveira, Alberto N., “Classes pobres” e “socorro social” em Braga nas primeiras décadas do século XX. Sondagem na imprensa local”, in *Revista da Misericórdia de Braga*, n.º 9, 2013, pp. 143-164.

Penteado, Pedro, “Confrarias portuguesas da Época Moderna: problemas, resultados e tendências da investigação”, in *Lusitânia Sacra*, 2ª série, tomo VII, 1995, pp. 15-52.

Penteado, Pedro, “Confrarias”, in Azevedo, Carlos Moreira (dir.), *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2000, pp. 459-470.

Pereira, Vítor Paulo Gomes, *A Confraria do Divino Espírito Santo de Coura no Antigo Regime*, Braga, Universidade do Minho, dis. de Mestrado policopiada, 2008.

Pinto, Sérgio Ribeiro, “Religiosidade e Universos Devocionais. Agência Eclésia-Centenário da República”, in Repositório da UCP, pp. 68-69.

Rema, Henrique Pinto, *Santo António de Lisboa, Ex-votos*, Lisboa, Quetzal Editores 2003.

Rema, Henrique Pinto, “Santo António de Lisboa, Primeiro Santo Missionário Português”, in *Encontro de Culturas. Oito Séculos de Missionaçaõ Portuguesa*, Lisboa, Conferência Episcopal Portuguesa 1994, pp. 65-79.

Ribeiro, Maria do Carmo Franco, *Braga entre a época romana e a Idade Moderna. Uma metodologia de análise para a leitura da evolução do espaço urbano*, 2008, Braga, Universidade do Minho, tese de Doutoramento policopiada.

Rodriguez Otero, Ramón, *Cofradía del Santísimo Sacramento en la Comarca del Tea 1659-1888*, Tui, Museo y archivo histórico diocesano, 1995.

Rosas, Fernando, “Sob os ventos da Guerra”: a primeira crise séria do regime (1940-1949)”, in Mattoso, José (dir.), *História de Portugal*, vol. 7, Lisboa, Círculo de Leitores, 1994, pp. 301-415.

Sá, Isabel dos Guimarães, *Quando o rico se faz pobre: Misericórdias, caridade e poder no império português 1500-1800*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações da Expansão Portuguesa, 1997.

Santos, Luís Aguiar, “A transformação do campo religioso português”, in Azevedo, Carlos Moreira, (dir.), *História Religiosa de Portugal*, vol. 3, Lisboa, Círculo de Leitores, 2000, p. 433.

Serrão, Joel (dir.), *Dicionário de História em Portugal*. Vol. I/A-C. Mirandela, Iniciativas Editoriais, 1975.

Sousa, Ariana Sofia Almendra de, *Os estatutos e a confraria de São Vicente de Braga no século XVIII*, Braga, Universidade do Minho, 2011, dis. de Mestrado policopiada.

Silva, Elsa Liliana Antunes, *A festa na confraria de Santa Cruz de Braga no século XVIII*, Braga, Universidade do Minho, 2013, dis. de Mestrado policopiada.

Silva, Sara Manuela, *Os carmelitas descalços em Braga e a real irmandade de Nossa Senhora do Carmo, Braga*, Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, 2014, dis. de Mestrado policopiada.

Jornais:

Jornal *Correio do Minho* de 1947.

Jornal *Correio do Minho* de 1949.

Jornal *Diário do Minho* de 1947.

Jornal *Diário do Minho* de 1949.

Sites:

savconventual.blogspot.com/2012//santo-antónio-pregador-do-evangelho.html acesso em 25/4/2019.

<http://repositorio.ul.pt/handle/10451/16154>Acesso em 25/4/2019.

<https://www.agenciaecclesia.pt/noticias/dossier/santo-antónio-na-religiosidade-popular>. Acesso em 24/4/2019

<https://observador.pt/.../antonio-o-santo-de-tudo-e-de-todos-a-história-das-festas-de-lisboa>. Acesso em 23/4/2019.

: <https://www.spncultura.org/antónio-o-mais-popular-de-todos-os-santos.html>.

Fotografia Aliança -Museu da Imagem Braga AAL 004771-1949.